



Universidade Federal de Sergipe

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**RAFAEL BEDENIK BARBERO**

**O TABULEIRO, O ESQUADRO E AS TINTAS: SOCIABILIDADE MAÇÔNICA NA  
DÉCADA DE 1870**

**SÃO  
CRISTÓVÃO**

**2021**

**RAFAEL BEDENIK BARBERO**

**O TABULEIRO, O ESQUADRO E AS TINTAS: SOCIABILIDADE MAÇÔNICA NA DÉCADA DE 1870**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
disciplina *Prática de Pesquisa*

Orientador(a): Profª Msc. Maria Izabel Ladeira Silva

## Sumário

|                                                                                |    |
|--------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução.....                                                                | 3  |
| Maçonaria: Origens e breve trajetória histórica.....                           | 11 |
| Maçonaria no Brasil: Entre conspirações, revoltas e participação política..... | 15 |
| A Maçonaria em Sergipe na década de 1870 do século XIX.....                    | 17 |
| Considerações Finais.....                                                      | 20 |
| FONTES:.....                                                                   | 22 |
| REFERÊNCIAS:.....                                                              | 24 |
| TRANSCRIÇÕES:.....                                                             | 25 |

## **SOCIABILIDADE MAÇÔNICA EM ARACAJU NA DÉCADA DE 1870**

### **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e analisar aspectos da presença da Maçonaria na vida política, social e cultural de Aracaju refletida nos editoriais do periódico "A Fraternidade", o qual era o principal veículo de comunicação da Loja Cotinguiba, editado entre os anos de 1875 e 1876 na capital sergipana. Será tratado no âmbito deste trabalho o conceito de *Sociabilidade* proposto pelo historiador Alexandre Mansur Barata, o qual será o conceito chave para desvelar as relações e posicionamentos da maçonaria sergipana frente aos acontecimentos do período tanto em Aracaju como no Brasil – a exemplo da Questão Religiosa dos anos 1870, onde a Loja Cotinguiba revela sua posição combativa exposta nos editoriais do periódico.

Palavras-Chaves: História do Brasil Império, Segundo Reinado, História de Sergipe, Maçonaria, Sociabilidade

### **Abstract**

The present work aims to present and analyze aspects of the Freemasonry presence in the political, social and cultural life of Aracaju reflected in the editorials of the periodical "A Fraternidade", which was the main communication vehicle of the Cotinguiba Lodge, edited between the years 1875 and 1876 in the capital city of Sergipe. The concept of Sociability proposed by the historian Alexandre Mansur Barata will be treated in this work, which will be the key concept to unveil the relations and positions of the Sergipan freemasonry in face of the events of the period, both in Aracaju and in Brazil - for example, the Religious Question of the 1870s, where the Cotinguiba lodge reveals its combative position exposed in the periodical's editorials.

Keywords: History of Brazil Empire, Second Reign, History of Sergipe, Freemasonry, Sociability

## Introdução

Iniciam-se as linhas primaciais deste trabalho de conclusão com a seguinte pergunta: Quão presente se fez a Maçonaria na conjuntura social do período monárquico? Quão influente e presente é a instituição na vida social do Brasil Império e, em especial, durante o Segundo Reinado (1840-1889)? E o mais importante: Qual o nível desta presença e como ela operava em relação à sociedade fora das lojas?

Para trilhar na senda temática proposta no título em questão, será seguido o caminho elaborado pela doutora, pesquisadora e professora aposentada da UNICAMP (Universidade de Campinas) Célia Maria Marinho de Azevedo. Segundo a autora, prevalece um “*silêncio*” em torno da história da Maçonaria no Brasil, o qual se mostra inquietante e, sobretudo, um campo temático deveras instigante.

Azevedo salienta no início de seu artigo<sup>1</sup> para a relevância e visibilidade dos maçons na vida pública e, em especial, na vida política do período. Ela nos alerta para o tratamento legado aos personagens históricos que viveram no período, onde a informação sobre o pertencimento daqueles indivíduos a determinadas lojas funciona apenas como um complemento que por si só não faria a menor diferença na trajetória política e histórica, desta maneira diminuindo ou mesmo renegando a importância da filiação maçônica destes indivíduos e a influência da cosmovisão maçônica nas ações mobilizadas por estas figuras no período histórico que é objeto desta análise. Entretanto, estes valores, também conhecidos como divisas, que são a Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que tiveram a sua origem notoriamente na Revolução Francesa, informaram em certa medida e intensidade, figuras históricas distintas como José Bonifácio de Andrada e Silva, André Rebouças e mesmo o próprio José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco.

Conforme a orientação estabelecida por Azevedo, deve-se “*examinar os modos de abordagem da maçonaria por parte de três historiadores cujos trabalhos imprimiram tendências duradouras na historiografia do Brasil Monárquico*”. A saber: Francisco Adolfo de Varnhagen, Manuel de Oliveira Lima e Caio Prado Jr.

Segundo Varnhagen, o elemento maçônico, apresentado pelo autor em sua

---

1 AZEVEDO, Célia M. Marinho de. Maçonaria: História e Historiografia. Revista USP, nº32, 178-189pps, Dez-Fev 1996-97, São Paulo, SP.

obra *História da Independência do Brasil*, publicada pela primeira vez apenas em 1916, estabelece dois atributos acerca da ação política que teve fortes impactos no processo de independência: **O Constitucionalismo e a Conspiração**. O segundo como um atributo destacado da sociabilidade dos pedreiros livres: A ação conspiratória, é apontada por Varnhagen logo no início da sua obra, é sustentada em fartas fontes documentais e testemunhais a qual o autor teve acesso durante a elaboração da respectiva obra; Outro elemento, explicitamente destacado atualmente por autores que produzem estudos acadêmicos e trabalhos historiográficos acerca da Maçonaria, é o **constitucionalismo**, o qual tende a ser visto como uma manifestação gestada e estruturada a partir do interior das lojas maçônicas e que irradiou primeiramente pelo tecido social europeu e em seguida para as colônias presentes no continente americano. Como bem pontuado pelo autor, as ideias constitucionalistas presentes nos discursos dos maçons e defendidos pelas respectivas lojas são produtos diretamente derivados dos valores e manifestações que se originaram no bojo da Revolução Liberal do Porto de 1820, a qual influenciou diretamente no processo de independência do Brasil e, também, no projeto de poder e de nação defendidas por setores da maçonaria que se mostravam contrários as propostas mais radicais de cunho republicano e liberal. O autor também não deixa de mostrar nas linhas de sua obra como os personagens históricos que foram artífices no processo de independência manifestavam, ao mesmo tempo, disposições liberais e constitucionais e, concomitantemente, um denotado ufanismo pelo novo estado recém-criado. Entretanto, Varnhagen não dá relevo para as conexões entre as maçonarias brasileiras e europeias, limitando-se somente a demonstrar um breve vínculo manifestado durante as conspirações anteriores ao período da independência.

Oliveira Lima, autor de *“O Império Brasileiro (1821-1889)”*, editado pela primeira vez em 1927, também nos chama a atenção para dois atributos muito importantes relacionados à maçonaria no século XIX os quais são, respectivamente, a presença estrangeira e o republicanismo. Ambos os atributos salientados, quando vistos com a devida acuidade, mostram-se umbilicalmente ligados entre si, pois como é demonstrado no desenvolvimento da obra as ideias republicanas, as quais foram o combustível para movimentos revoltosos antes e depois do processo de independência do Brasil, foram trazidas por maçons estrangeiros que se estabeleceram no país. Sobremodo, este republicanismo propalado por elementos maçônicos, segundo o autor, tenderam a ganhar mais força após a dissolução da constituinte em 1823. Fica claro nas linhas da obra em questão as conexões

internacionais das maçonarias, o republicanismo e a atuação revolucionária das lojas maçônicas na década de 1820, a qual o autor deixa bem claro tratar-se da primeira fase das maçonarias no Brasil, onde elas cultivavam o antimonarquismo, o liberalismo e o republicanismo. Todavia, Oliveira Lima não ignora a importância dos elementos e fatores internos inerentes à conjuntura local que levaram ao processo de independência política e, sobretudo, fica explícito dois elementos da identidade e da sociabilidade maçônica que podem ser concluídos a partir da obra, tal qual Varnhagen também aponta: o nacionalismo e o constitucionalismo.

Caio Prado Júnior aborda a questão e o papel da maçonaria na história brasileira de uma maneira completamente oposta à Varnhagen e Oliveira Lima, os quais salientam a presença e atuação dos maçons e das maçonarias no antes, durante e depois do processo de independência do Brasil, nas revoltas populares anteriores e posteriores a 1822, no processo de formulação da constituição e na construção das instituições políticas do império, o que Oliveira Lima denomina de “Democracia Coroada”. Entretanto, Caio Prado Júnior em sua obra *“Formação do Brasil Contemporâneo”*, lançado em 1942, segue uma outra linha exegética completamente oposta na qual a ação da maçonaria é vista de modo instrumental, visto que para o autor as transformações econômicas, políticas e sociais inerentes à crise do sistema colonial seguiriam o seu curso inevitável. Outro ponto de ruptura trazido pelo autor quanto ao papel desempenhado pela maçonaria, que ele via como algo amplo e profundo, refere-se ao afastamento da abordagem historiográfica tradicional, centrada no Grande Oriente do Brasil e no Apostolado, esta última fundada pelos irmãos Andrada. Caio Prado Jr. não deixava de reconhecer a organicidade e articulação da Maçonaria enquanto organização internacionalmente vasta e com profundas ligações, o que já colocava o nascente estado brasileiro dentro da intrincada dinâmica da política internacional e não coloca em dúvida a identidade e o pertencimento maçônico dos personagens históricos que atuaram nas revoltas anteriores a independência e que mesmo ajudaram na forja do processo. O ponto que Caio Prado Jr. nos conduz diz respeito a valorização da ação política nacional, onde houve um estímulo para os anseios nacionais por intermédio das maçonarias internacionais, o que deu ensejo e organização para a perseguição dos objetivos políticos nacionais e que, segundo o autor, teriam ocorrido de maneira inevitável, mesmo que de modos mais lentos e desorganizados. Em suma, para Prado Jr, nossos maçons não foram necessariamente maçons; antes de tudo, foram brasileiros que viram na maçonaria a perfeita oportunidade para alcançar seus anseios relacionados à dinâmica política, social e econômica ante o esgotamento e

crise do sistema colonial.

Realizando-se um esboço inicial das reflexões e resultados obtidos pelos insígnies autores da nossa historiografia, temos em nossas mãos um amplo panorama não apenas da presença como, também, da ação maçônica na vida política, cultural e mesmo nos meandros do cotidiano de onde se fizeram e mesmo permanecem presentes até os dias de hoje.

Todavia, antes de avançar, far-se-á mister discorrer determinados dados e fatos históricos que permeiam a instituição maçônica em seus principais atributos. Dentre estes, deve-se salientar, em razão da importância vital que possui para a instituição que é objeto do trabalho desenvolvido, o mito fundador da maçonaria, o qual aponta e narra a fundação dessa organização como sendo atribuída a Hiram, o arquiteto responsável pela construção do primeiro templo na época do rei Salomão, presente em II Crônicas, segundo capítulo ou mesmo, se visto em retrocesso, tendo o seu começo em Adão, sendo costumeiramente denominado por muitos escritores maçons como o primeiro entre os maçons<sup>2</sup>.

Porém, para obtermos uma compreensão mais clara acerca do objeto/tema neste trabalho monográfico, deve-se atentar para o ponto de concordância adotado pelos historiadores que se debruçam sobre o tema da *“filiação direta da franco-maçonaria moderna (a maçonaria especulativa) à antiga maçonaria de ofício (a maçonaria operativa)”*. Para se entender sobre essa filiação e mesmo o processo que levou a gradual configuração que termina por culminar na maçonaria especulativa moderna, Paul Naudon, historiador francês, em sua obra *“A Franco-Maçonaria”* mostra que *“paralelamente aos artesãos reunidos em ofícios regulares ou jurados, isto é, ofícios que se organizaram a partir do século XIII”* havia uma classe especial de trabalhadores, geralmente especializados e com uma educação formal muito acima dos tradicionais operários sujeitados as corporações de ofício e guildas que regulavam os mais variados ofícios como o comércio, o beneficiamento de grãos e, em especial, a construção. A única instituição capaz de delegar tais concessões no período, as chamadas franquias que permitia a livre circulação destes pedreiros-livres, era a Igreja Romana.

Foi sob a tutela da supracitada instituição que essas corporações de artesãos itinerantes vieram a se desenvolver, sendo conhecidos na época pelo vocábulo

---

2 Biblioteca Nacional, *A Fraternidade/Loja Capitular Cotinguiba*, 1875, Ano I, nº3

*franc-mestiers*. Averigua-se a ocorrência do vocábulo e suas variações, conforme salientado por Naudon, em documentos ingleses redigidos em francês ao tempo em que era o idioma oficial e da cultura. Assim, além do termo mencionado anteriormente, também foi encontrado “em documento de 1376 o termo *ffremason*; em 1381, *masonfree*; em 1396, *ffremaceons*”.

Para além da explícita diversidade vocabular referente à estes livres-artesãos, um outro aspecto que chama a atenção para essas organizações está em questões “*de ordem teórica e cultural como a solidariedade de culto, os deveres religiosos e filantrópicos, o papel educativo ou de transmissão de vastos saberes como a geometria, a arte, a filosofia e a teologia aos seus filiados estiveram sempre presentes entre as metas profissionais*”, conforme apontado por Naudon.

Dado os privilégios inerentes à natureza formal dessas confrarias de franco-maçons, rapidamente houve um aprofundamento cada vez maior do aspecto especulativo, principalmente “*a partir do ingresso de membros “aceitos”, os quais eram indivíduos alheios ao ofício mas que eram convidados para ingressar nas fileiras da corporação por sua notoriedade social ou mesmo intelectual.*”

Outros aspectos que diferenciavam estas organizações de artesãos-livres frente a outras confrarias de ofício existentes no período medieval e mesmo no início do período renascentista, estava no fato de ser “*o único ofício não localizado*” e com fortes “*laços organizativos entre cidades e mesmo entre países*”, garantindo desta maneira “*a proteção e a acolhida de irmãos em trânsito*”. Estas características inerentes à essas confrarias é o germe inicial da **sociabilidade maçônica**<sup>3</sup>, a qual é diametralmente oposta a sociabilidade estamental que marcou a Idade Média e se refletiu nos vínculos de vassalagem e mesmo na estruturação das guildas e demais corporações do período.

Contudo, é na Grã-Bretanha, no início do século XVIII, que se desenvolve e ocorre a transmutação da maçonaria de sua forma operativa para a sua conhecida e sedimentada manifestação especulativa. Em grande parte, este processo se deveu ao grande número de membros aceitos ser tão numericamente considerável que os antigos critérios de aceitação pelo vínculo profissional perderam o seu sentido de ingresso. O advento dessa nova maçonaria é sinal de expressão desta nova

3 A sociabilidade maçônica pode ser vista como uma miríade de atributos expressada na clássica divisa “*liberdade, igualdade e fraternidade*” ou mesmo em características como o constitucionalismo, a liberdade de expressão, o republicanismo e a defesa da instrução pública e, em especial, o secularismo.

sociabilidade e valores que gradualmente estavam a definir a modernidade, afastando-se das formas e valores da sociabilidade tradicional europeia. E não é surpresa alguma para os historiadores que se debruçam sobre o tema que essa mudança na organização da maçonaria e a conseguinte sociabilidade que lhe é tão característica tenha ocorrido na Inglaterra, pois a partir do século XVIII as guildas e os ofícios juramentados e localizados já estavam em declínio no continente. Há de se notar também que, no mesmo período a economia de mercado estava em franco desenvolvimento na Inglaterra, o que veio por alterar sensivelmente a sociabilidade entre a aristocracia e a plebe. Esse desenvolvimento *“refletia inclusive no modo de relacionamento social mais aberto e menos formal entre aristocracia, pequena nobreza e comuns”*.

Por volta do terceiro quartel do século das luzes, já havia a ocorrência de diversas lojas maçônicas em diversos países da Europa, a exemplo da Inglaterra, Portugal, Espanha, Bélgica e mesmo na França. Porém, especificamente nas últimas décadas do século XVIII, a maçonaria, nas suas mais diversas obediências e ritos, *“se espalhava pelos Estados Unidos, colônias da América espanhola e portuguesa e Rússia”*. Visto pelo prisma da **sociabilidade**, sobremodo da *sociabilidade maçônica*, há autores que falam no fenômeno da **migração cultural maçônica**<sup>4</sup>, manifestação derivada desta nova cultura secular surgida no esteio da moderna maçonaria especulativa. Um exemplo patente do fenômeno migratório cultural ligado à esta sociabilidade encontra-se, por exemplo, em *“notícias da existência de maçons desde fins do século XVIII, com envolvimento na Inconfidência Mineira e depois na Conjuração Baiana de 1798”*.

Entretanto, há dois aspectos que marcam a história e a historiografia da maçonaria no Brasil – e mesmo no mundo. O primeiro destes aspectos, o qual Portugal e Brasil partilham de uma grande semelhança com outras nações, à exemplo da França, Espanha e mesmo a Rússia no período czarista, salvaguardadas as particularidades históricas e historiográficas de cada uma destas realidades nacionais, diz respeito as fases de perseguição, tolerância e aceitação das maçonarias por parte do poder político. O segundo aspecto, diz respeito a homogeneidade institucional da maçonaria, onde tende a ser vista externamente como uma instituição sólida, rigidamente hierarquizada e unificada sob a égide de constituições e princípios que vinculam os membros pertencentes, mesmo estando

---

4 Termo cunhado por Margaret C. Jacob em sua obra *“Living the enlightenment: Freemasonry and Politics in Eighteenth Century Europe”*. Este conceito refere as inserções culturais promovidas pelas maçonarias mundo à fora no período; em especial no continente americano.

geográfica e socioculturalmente apartados entre si.

Todavia, conforme Azevedo aponta ao final da primeira parte de seu artigo, trabalho este de suma importância para os estudos acerca da maçonaria e sua história – e mesmo no estabelecimento das linhas fundamentais que orientam a produção historiográfica – há três aspectos que são relevantes para a compreensão das maçonarias e suas atuações. O produto conceitual destes três aspectos é denominado pela autora como “*a dimensão social e cultural da maçonaria*”. Apenas para retomar o que fora mencionado previamente, vale lembrar que a maçonaria traz em seu bojo “**uma nova cultura secular**”<sup>5</sup>, a qual pode ser testemunhada nas mais diversas formas – seja na produção artística e literária e mesmo no paradigma científico. Para que se possa compreender essa cultura e o seu produto, três aspectos são de fundamental importância:

*“1) o caráter cosmopolita da maçonaria, com suas conexões organizativas e migrações culturais entre cidades, países e continentes;*

*2) a utopia da fraternidade como impulso à organização entrelaçada de lojas maçônicas em níveis nacional e internacional; e como base de convivência intelectual entre pessoas, não obstante diferenças sociais de origem;*

*3) as rivalidades internas e disputas em torno do apoio de governantes a romper constantemente a sociabilidade maçônica”;*

Estes três aspectos não apenas auxiliam na compreensão da sociabilidade maçônica enquanto fenômeno intimamente ligado à uma duração histórica como, também, ajuda a compreender interpretações historiográficas acerca do período em questão que está a ser pesquisado neste trabalho, ajudando a colaborar com a história da cidade de Aracaju e, concomitantemente, ampliando e desbravando uma nova senda nos estudos históricos sobre a maçonaria em seus aspectos sociais e culturais não somente na história de Aracaju como, também, na história de Sergipe, em especial o período que compreende os dois últimos quartéis do século XIX e o século XX. Este desvelamento da maçonaria, a qual tem por objeto a Loja Cotinguiba, em seus elementos sociais e culturais na história e historiografia de Sergipe e, em especial, a história da capital sergipana, vêm a se revelar por meio da pesquisa documental realizada no periódico “A Fraternidade”, onde se realizou a leitura e transcrição dos editoriais, que se encontram presentes no trabalho, com a devida normatização para o acordo ortográfico atualmente vigente. Editado entre os

---

<sup>5</sup> A ópera *Fidélio*, de autoria de Ludwig Van Beethoven, é um exemplo da influência desta “nova cultura secular”

anos de 1875 e 1876 em Aracaju, sendo inicialmente impresso na Tipografia da Liberdade, localizada na Rua de Santa Luzia e, pouco tempo depois, na Tipografia da Crença, que se encontrava instalada na Rua de Japaratuba.

## Maçonaria: Origens e breve trajetória histórica

Em sua origem, segundo os próprios maçons, “*as bases remotas da Maçonaria estão [...] assentadas no Egito*”. Alguns aspectos que justificam o assentamento destas características encontram-se, segundo autores maçônicos, “*na transmissão dos conhecimentos entre os homens, feita oralmente*”.

Outra característica aludida por autores maçons e mesmo por aqueles que já foram iniciados, referem-se “*as influências da antiga civilização egípcia na Maçonaria atual*”, fenômeno este que se inicia no século XVIII. Todavia, para que haja uma melhor compreensão dos diversos aspectos da Maçonaria – sejam estes organizativos, sociais, doutrinários e dentre outros – se fará necessário atender e seguir a divisão proposta por Leadbeater, na qual é proposta a divisão em três períodos: O antigo ou lendário; o medieval ou operativo e, por último, o moderno ou especulativo.

O período denominado por antigo ou lendário é o *momentum* da revelação da Maçonaria e os seus mistérios para Adão, Moisés, Jesus Cristo ou mesmo os magos, conforme autores maçons mais antigos e mesmo os contemporâneos tendem a concordar com este ponto mesmo com pequenas discordâncias pontuais. Este período da Maçonaria é o que confere uma identidade e ponto de origem quanto as características atávicas da instituição.

O segundo momento, o qual se circunscreve ao período medieval, é denominado pelos estudiosos como o período operativo. Em relação ao momento anterior, esta fase possui fartos indícios e fontes documentais que atestam sua ocorrência no tempo e no espaço.

Como fora salientado por Azevedo em seu artigo seminal, encontra-se a ocorrência de diversos vocábulos relacionados à profissão do artesão-livre e mesmo fontes documentais, as quais são apresentadas de maneira sintética e breve nesta seção do trabalho.

Dentre os documentos mencionados, cinco no total, há dois que são de grande monta para o estabelecimento e primeiras manifestações desta Maçonaria operativa ou de ofício. A saber: *Statuta Ordinamenta Societatis Magistrorum Tapia ei Lignamiis*, também conhecida como *Carta da Bolonha*, de 1248; outro documento de suma importância para o estabelecimento deste período operativo é o *Poema Regius*, de 1390, o qual também é conhecido pelos especialistas como *Manuscrito Halliwell*.

Ambos os documentos possuem estimado valor histórico e são indispensáveis para a compreensão do estabelecimento da Maçonaria operativa, a qual têm a sua gênese atrelada as franquias concedidas pelo poder institucional da Igreja no Ocidente.

Diferentemente das guildas e outras corporações de ofício, as quais eram intrinsecamente ligadas aos laços sociais da obediência medieval, estas franquias gozavam de uma latente liberdade de trânsito, a qual manifestava um explícito afrouxamento nos laços de obediência e regimentos que regulavam o exercício das profissões, as quais geralmente eram ligadas as cidades e feudos. Tal característica acabou por atrair indivíduos estranhos à profissão, estes denominados como “membros-aceitos”, os quais geralmente eram estudiosos do hermetismo e mesmo livres-pensadores que encontravam ambiente propício para difusão de ideias e estabelecimento de debates desprovido das amarras e orientações clericais do período, o que tornou as condições favoráveis para que a organização operativa viesse a se transmutar e ganhar seus contornos especulativos em definitivo a partir do século XVIII.

E a terceira e última faceta da Maçonaria, a qual define a identidade consolidada e bem definida da organização é a chamada fase especulativa. Nesta etapa, a Maçonaria já não se definia pelo exercício da profissão do artesão-livre, a qual era condição necessária para ingresso nas franquias de operários-livres do período medieval, pois a partir das décadas iniciais do século XVIII, a quantidade de membros-aceitos nas *lodges* (lojas) que eram estranhos à profissão já superava abertamente a quantidade de membros associados pelo vínculo do ofício.

O momento que pode ser definido como um divisor de águas que vem a sedimentar a transição definitiva entre a antiga maçonaria operativa e a nova maçonaria, de caráter especulativo, é a união das lojas inglesas *The Goose and Guidiron*, *The Crown*, *The Apple Tree* e *The Rummer and Grapes* no ano de 1717, as quais vieram a formar a Grande Loja de Londres, reconhecida como a primeira obediência maçônica moderna. Posteriormente outras obediências foram surgindo no período, a exemplo do Grande Oriente da Ilha de França, Grande Oriente da Lusitânia, o Grande Oriente do Brasil -este fundado por José Bonifácio, e dentre outras.

No Brasil, é conhecida a presença de maçons, ainda sem o estabelecimento de lojas e mesmo de Obediências ainda em finais do século XVIII - especificamente com envolvimento na Inconfidência Mineira e mesmo na Conjuração

Baiana de 1798. Todavia, esses maçons que estiveram presentes nas fileiras dos revoltosos de finais do século XVIII foram iniciados em lojas europeias sob a égide de algumas Obediências, tais como a Grande Loja de Londres, o Grande Oriente da Lusitânia – a qual vinculava inicialmente as primeiras lojas fundadas no Brasil em inícios do século XIX – e mesmo o Grande Oriente da Ilha de França – a qual teve sob sua égide a primeira loja fundada oficialmente no Brasil chamada *Reunião*, e que fora estabelecida em 1801<sup>6</sup>. No ano seguinte, em 1802, fora fundada na Bahia a loja *Virtude & Razão*; em 1804, na cidade do Rio de Janeiro, ocorre o ingresso da maçonaria portuguesa sob a vinculação do Grande Oriente da Lusitânia, a qual funda as lojas *Constância* e *Filantropia*.

Nestes primeiros vinte anos, até 1822, quando se deu a fundação do Grande Oriente do Brasil, o qual foi dissolvido por Dom Pedro I em 1823, e que veio a se reconstituir em 1831, já haviam diversas lojas no Brasil – não somente na cidade do Rio de Janeiro mas em outras províncias também, à exemplo da Bahia e mesmo em Pernambuco.

No ano de 1835, as maçonarias no Brasil estavam vivenciando um momento consideravelmente único em suas existências institucionais: estava dividido em dois Grandes Orientes e Quatro Supremos Conselhos. Neste momento existia o Grande Oriente do Brasil, fundado por José Bonifácio de Andrada e Silva e o Grande Oriente Brasileiro, o qual foi fundado em 1831 pelo senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Entre os Quatro Supremos Conselhos existentes, se destaca o Supremo Conselho Brasileiro, fundado em 1832 por Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha, o qual foi responsável não somente pela introdução do Rito Escocês Antigo e Aceito como, também, pela sua disseminação entre as lojas maçônicas espalhadas pelo Brasil.

Ademais, entre os anos de 1830 e 1850 chegam ao Brasil as primeiras lojas maçônicas filiadas à maçonaria inglesa, as quais se instalam no Rio de Janeiro e em Recife, cidades com intensa atividade comercial e portuária no período, desta forma vindo a se integrar a miríade de lojas que já compunham a diversificada trama cultural maçônica presente no Brasil naquele momento, onde haviam lojas sob obediências diversas e com os mais diversos ritos em suas atividades internas.

Todavia, entre as décadas de 1860 e 1870, sendo a segunda o enfoque deste trabalho, houveram alguns fatos de importância cabal para a história das maçonarias no Brasil. O primeiro deles é a dissolução do Grande Oriente Brasileiro e

---

<sup>6</sup> Em 1797, na Bahia, estabeleceu-se uma loja denominada Cavaleiros da Luz, a qual não estava vinculada à nenhum Grande Oriente, tendo suas atividades encerradas um ano depois de sua fundação por causa das atividades subversivas que resultaram na Conjuração Baiana de 1798.

o seu respectivo Supremo Conselho por Dom Pedro II, o que deixou o caminho livre para o Grande Oriente do Brasil e o respectivo órgão colegiado desta obediência. Porém, em 1863, ocorre uma nova cisão dentro do G.O.B, levando ao estabelecimento de duas novas obediências: Grande Oriente do Brasil do Lavradio e o Grande Oriente do Brasil dos Beneditinos, o que ocasionou não somente mais uma divisão mas afetou as lojas maçônicas no Brasil, pois a obediência do Lavradio era de tendência monarquista e boa parte de seus membros eram ligados ao Partido Conservador; já no caso da obediência dos Beneditinos, seus membros eram republicanos, simpatizantes da democracia e da causa abolicionista, tendo boa parte dos seus filiados ligados ao Partido Liberal.

Entretanto, na década de 1870, ambas as obediências voltam a se unir por um curto período de tempo, pois neste momento eclodia a Questão Religiosa, conhecido fato que perdurou por toda esta década do século XIX onde a Igreja Católica colocou em xeque a existência da Maçonaria e perseguiu de todas as maneiras os membros pertencentes as lojas maçônicas. Além da perseguição e da explícita exortação que faziam os membros do clero contra a Maçonaria, houveram também excomunhões de maçons, proibição de enterros e expulsão dos membros das ordens religiosas que também fossem iniciados em lojas maçônicas.

Neste período em Aracaju, a Loja Cotinguiba, fundada em 1872, também se manifestou sobre as querelas advindas da Questão Religiosa quando menciona, de maneira ativa, *“que esse conflito não é uma simples rivalidade entre os bispos e o poder civil, é ele uma luta entre os que se separam do catolicismo porque ele se tornou incompatível com a civilização e os que voltam as vistas para o Vaticano como única pátria terrestre”*<sup>7</sup>.

Entretanto, as maçonarias, seja pelas mais diversas lojas, obediências e ritos, não apenas se mostraram ativas nas contendas geradas pela Questão Religiosa como, também, demonstravam firme posicionamento nos mais diversos assuntos que se faziam de suma importância para o desenvolvimento material, político, educacional e cultural do império durante o século XIX. Seja na organização de ligas contra o analfabetismo<sup>8</sup>, seja na militância pela instrução pública, na secularização de cemitérios, em campanhas abolicionistas e mesmo na fundação de clubes e estabelecimento dos primeiros partidos republicanos no Brasil.

7 Biblioteca Nacional, *“Um pouco de lógica na questão religiosa” .A Fraternidade/Loja Capitular Cotinguiba, 1875, Ano I, nº2*

8 Sobre o tema educação e maçonaria, a dissertação *“A Contribuição da Maçonaria Para a Prática Educativa em Aracaju (1970-1980)”* da autoria de José Anderson Nascimento, defendida no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE-UFS)

## Maçonaria no Brasil: Entre conspirações, revoltas e participação política

Ao mencionarmos as maçonarias no âmbito do discurso historiográfico, é sabido que a clássica divisa “*Igualdade, Liberdade e Fraternidade*”, a qual ganhou o mundo a partir da disseminação das ideias revolucionárias originadas no contexto da Revolução Francesa de 1789, abalou não apenas o Velho Mundo como, também, afetou explicitamente as sociedades que viviam nas colônias americanas – especialmente as que ficavam na parte austral do continente, onde se localizavam as possessões espanholas e portuguesa.

Tal evento abalou sensivelmente os colonos que viviam nestes territórios, abrindo caminho para movimentos sediciosos, que em poucos anos dividiriam a América Espanhola em várias repúblicas independentes tais como o Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Argentina, Uruguai e todos os demais países presentes na América do Sul, onde antes existia os vice-reinos subordinados a Coroa espanhola.

O Brasil também acabou por recepcionar estas novas ideias consideradas pelas autoridades e agentes do Estado português como subversivas, libertinas, imorais e anti-religiosas. São representativas da recepção deste *corpus* de novas ideias, movimentos como a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, mesmo ano da Revolução Francesa; Conjuração Baiana, decorrida em 1798; e pouco mais adiante, em 1817, transcorre deflagração da Revolução Pernambucana; e, posteriormente, em 1824, ocorre a instalação da Confederação do Equador, a qual englobou as províncias de Pernambuco, Paraíba e Ceará.

Em todos estes movimentos sediciosos, os quais visavam a separação das respectivas províncias do reino de Portugal e tendo a intenção de fundar repúblicas de cariz liberal, foram incentivados e direcionados por maçons advindos da Europa e iniciados em lojas maçônicas portuguesas, sendo eles alunos da Universidade de Coimbra ou mesmo da Universidade do Porto, a exemplo dos revoltosos mineiros; ou no caso dos revoltosos baianos, os quais foram iniciados por maçons franceses dentro de uma fragata ancorada no porto de Salvador; e em ambos os movimentos sediciosos ocorridos no nordeste do Brasil no primeiro quartel do século XIX, as maçonarias se fazem explicitamente presentes<sup>9</sup> nas revoltas e posteriormente na vida política, seja representando o Brasil nas Cortes Gerais e mesmo na Assembléia Constituinte de 1823.

9 Um notório exemplo de presença maçônica, conforme atestado por Barata em **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)**, é a do deputado das cortes gerais Antônio Carlos de Andrada Machado e Silva, nascido em Santos no ano de 1773 e que teve forte participação na Revolta Pernambucana de 1817, pela qual foi preso e permaneceu no cárcere até 1821, quando eleito para ser um dos deputados que representou o Brasil nas cortes gerais do reino. É um dos fundadores da loja maçônica Distintiva, fundada em 1812 em Niterói.

Posteriormente, conforme apontamento realizado por Azevedo em seu artigo acerca da leitura historiográfica feita por Oliveira Viana, o qual não deixamos de indicar a importância salutar para os estudos da história e historiografia da Maçonaria no Brasil, as maçonarias começaram a entrar em um novo período de sua ação política. Inicialmente, são apontados dois recortes da leitura de Oliveira Viana pela professora, onde em um primeiro momento, que se estende de 1824 até 1848 -e mesmo anterior a 1824 –, temos um contexto atravessado por instabilidade política, lutas civis, sedições e constantes ameaças de rompimento da unidade territorial e administrativa. Neste momento, os maçons são revolucionários, anti religiosos e republicanos, sendo os representantes do que se convém chamar de ideias progressistas, as quais neste momento tem a sua manifestação no liberalismo de vertente britânica ou mesmo francesa.

Em um segundo momento, após a coroação de Dom Pedro II ocorrida em 1840, as maçonarias pouco a pouco começam a adentrar em sua segunda fase, a qual perduraria, conforme apontado por Azevedo a partir da obra de Viana, até 1889, quando ocorre a deposição dos Bragança pela junta militar liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Neste longo período, o qual foi marcado por uma duradoura estabilidade política, solidez institucional, consolidação da unidade territorial e fluidez administrativa, os maçons e as maçonarias incorporam-se a vida política do Estado e as suas instituições, inclusive compondo em diversos momentos o gabinete ministerial, assumindo o supremo tribunal<sup>10</sup> e mesmo atuando como parlamentares e compondo a elite das forças armadas no período.

Esta fase caracteriza-se, também, por mudanças em posicionamentos vitais para as maçonarias como, por exemplo, em relação à religião, onde os maçons que antes eram anti-clericais passam a se portar de modo irreligioso, ao abrandar suas críticas em relação ao clero e mesmo ao estabelecer paralelos entre a cosmovisão maçônica e cristã; o republicanismo dos primeiros anos é sacrificado em nome da unidade administrativa e territorial do império, sendo realizada uma concessão valiosa por parte das maçonarias que termina por findar naquilo que Oliveira Viana denomina por “Democracia Coroada”, onde a constituição imperial é imbuída em sua letra por princípios e um espírito republicano, o que ajudou a garantir a coesão do império. Notoriamente, os maçons nesta segunda fase são distinguidos por dois

---

10 Um caso ilustrativo desta presença maçônica na vida institucional do império pode ser apontada nos tempos da Questão Religiosa, quando ocorre a prisão do bispo de Olinda, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. O Supremo Tribunal de Justiça no período era presidido por Joaquim Marcelino de Brito, reconhecidamente maçom, nascido em Salvador em 1799, província da Bahia. Presidiu a instituição por quinze anos, de 1864-1879, sendo este magistrado no período em que ocorreram as querelas envolvendo a Igreja Católica e a Maçonaria no Brasil.

atributos: o nacionalismo e o constitucionalismo. Isto assegurou a estabilidade do regime pautado pela Lei e suas garantias. Portanto *“a opção final pela “democracia coroada”, isto é, a Constituição imperial republicana, assegurou portanto a união das províncias e a permanência do regime constitucional”*.

### **A Maçonaria em Aracaju na década de 1870 do século XIX**

Ao falarmos sobre as origens e os primeiros anos da cidade de Aracaju, a qual fora convertida em capital política e administrativa da então província de Sergipe no ano de 1855, alguns aspectos e elementos chamam a atenção quando se observa mais atentamente para as vicissitudes que marcam a cidade. Entre estas, sempre é referido o traçado urbanístico que constitui o centro da cidade denominado como *Tabuleiro de Pirro*, fazendo menção ao engenheiro militar Sebastião José Basílio Pirro, contratado pelo presidente provincial da época, Inácio Joaquim Barbosa. Nos primeiros anos da recém-inaugurada capital, a área do tabuleiro abrigava os órgãos administrativos e governamentais como o palácio do governo, a assembleia provincial e a alfândega; escritórios de representação comercial; bancas de advocacia e, principalmente, as residências das famílias dos donos de engenhos localizados na região da Cotinguiba.

Todavia, uma outra instituição surgida nos primeiros anos de Aracaju termina sendo pouco valorizada ou mesmo lembrada de forma secundária pelos nossos historiadores e autores que registram ou registraram a história e a memória da capital sergipana: a Loja Maçônica Cotinguiba.

Esta agremiação maçônica foi fundada em 10 de novembro de 1872, tal como consta em sua insígnia, e devidamente regularizada pelo Grande Oriente do Brasil dos Beneditinos em 16 de fevereiro de 1873, durante o grão-mestrado de Joaquim Saldanha Marinho, notório jornalista e político do Império e que se envolveu ativamente nas polêmicas suscitadas durante a Questão Religiosa, situação esta que a nascente loja também se manifestou ativamente por meio do seu periódico “A Fraternidade”. Sendo uma das mais antigas lojas maçônicas em atividade no estado de Sergipe, esta loja merecidamente pode ser considerada uma instituição relevante que está imiscuída na trama da história da cidade de Aracaju e mesmo nos meandros da história de Sergipe tanto no período imperial como no período republicano.<sup>11</sup>

11 Conforme relação estabelecida por BARATA na obra *“Luzes e Sombras”*, além da Cotinguiba,

A atuação da Loja Cotinguiba, em seus quase cento e cinquenta anos de funcionamento, quando vista mais de perto pelas lentes da pesquisa histórica, nos mostra que a atuação dos maçons que passaram pela referida agremiação não se limitou única e exclusivamente ao interior da loja e que os seus laços de sociabilidade não se encerraram dentro da estrutura da agremiação. Conforme aludido por Nascimento em sua dissertação de mestrado intitulada “A Contribuição da Maçonaria Para a Prática Educativa em Aracaju (1970-1980)”, onde o autor aborda sobre o empenho cívico da maçonaria no combate ao analfabetismo na capital sergipana nas décadas de 1970 e 1980 do século XX, Nascimento em seu trabalho acadêmico concede aos leitores interessados e pesquisadores um rico panorama sobre a atuação social da Loja Cotinguiba em momentos marcantes da história da cidade, seja no período imperial e no período republicano<sup>12</sup>.

Entretanto, o periódico editado pela referida agremiação, publicação esta que se faz fonte para se estudar e compreender o objeto desta pesquisa, denominado “*A Fraternidade*”, o qual foi editado entre 1875 e 1876, desvela para os pesquisadores as dimensões não apenas da sociabilidade maçônica como, também, o bem denotado posicionamento desta agremiação maçônica frente as questões e problemas que se colocavam em relevo não somente em Sergipe como no Brasil e no mundo.

Um exemplo claro desta manifestação da Loja Cotinguiba para com a sociedade aracajuana do período pode ser vista, por exemplo, no editorial do número seis da referida publicação, o qual se apresenta pelo título “*Os exames de preparatório*”, publicada no ano de 1875, onde o editorialista saúda o fato de ter sido aprovada a criação de mesas examinadoras, as quais eram juntas responsáveis pelos exames finais do ensino primário e admissão no ensino secundário e que eram compostas pelo Ministério do Império, nas outras províncias do império ao mesmo tempo que criticava ferozmente o contexto que até então prevalecia. Apenas as províncias da Bahia, Pernambuco, Rio e São Paulo tinham esses órgãos instalados,

---

houveram outras lojas maçônicas em Sergipe, sendo elas: Segredo & Amizade (Aracaju - 1873-1882); Beneficência & Lealdade (Itabaiana - 1874-1882); Cotinguiba IIª (Aracaju - 1895-1898); Caridade & Luz IIª (Maruim – 1897-1911); Ástrea (Aracaju – 1898-1906); Camerino (Aracaju – 1898-1910); Caridade & Segredo (Itabaiana - 1900-1910)

- 12 No período imperial, podemos destacar para além da Questão Religiosa, a qual é abordada diretamente na edição nº2, datada de 09/10/1875, intitulado “*Um pouco de lógica na Questão Religiosa*” e no editorial do nº10 intitulado “*A Suspensão dos Interditos*”, datado de 22/12/1875 e indiretamente em outros editoriais do respectivo periódico, como por exemplo nas edições de número 1, 7, 12, 14, 19, 20 e 21 sob os seguintes títulos: “*O que queremos*”, de 05/10/1875; “*O partido ultramontano*”, de 27/11/1875; “*A Maçonaria e os Jesuítas*”, de 03/02/1876; “*Uma consequência do Ultramontanismo*”, de 17/02/1876; “*A liberdade religiosa*”, de 23/03/1876; “*O poder temporal do Papa*”, de 30/03/1876 e “*O novo arcebispo da Bahia*”, de 06/04/1876. No período republicano, conforme salientado por Nascimento em sua dissertação de mestrado, temos a importância da contribuição da Loja Cotinguiba e seus membros no auxílio ao combate do surto de gripe espanhola nos anos de 1918 e 1919.

o que obrigava os estudantes das províncias vizinhas a se mudarem para as respectivas capitais das referidas localidades pois “*A presunção de que só essas províncias possuíam ilustração bastante para nelas se poderem fazer os preparatórios trazia consigo antes de tudo os funestos efeitos que acompanham todos os privilégios.*” os quais são aludidos pelo autor da referida publicação como algo que “*converteram-se em verdadeiras especulações mercantis*”, o que segundo é apontado no texto precarizava a instrução primária e mesmo a secundária.

Outro manifesto exemplo de posicionamento e participação da Loja Cotinguiba encontra-se, também em editorial, acerca das festas populares em comemoração à emancipação política da província, a qual no período era celebrada unicamente no dia vinte e quatro de outubro.

A descrição da preparação e execução dos festejos da emancipação política demonstra o posicionamento positivo dos maçons e da própria loja pois, segundo a descrição, “*Eram dez horas do dia quando os batalhões patrióticos puseram-se em marcha e foram reunir-se na praça 24 de Outubro, em frente do quartel de linha, formando duas brigadas, que se compunham de batalhões de estudantes, artistas, caboclos, cavalaria, e de praças de primeira linha, todos decentemente vestidos.*” Também é notório que a loja comunicava por meio do jornal as suas reuniões -seja na seção de avisos, noticiário ou mesmo de maneira mais detalhada no editorial, como, por exemplo, no editorial do nº 18 onde o editorialista alude para a proximidade da cerimônia de posse da nova administração e ainda menciona os membros da Cotinguiba e da Segredo & Amizade, lojas que estavam entrando em “*uma nova fase de existência*”.

A leitura meticulosa do periódico nos revela as facetas da vida social das camadas médias e superiores urbanas da nascente capital sergipana, a qual se expõe de maneira clara no referido periódico maçônico. Festas e bailes são anunciados; editais administrativos de alguns órgãos públicos se apresentam em algumas edições<sup>13</sup> e também diversas transcrições de artigos de opinião, publicação de poesias, avisos administrativos e de reuniões, anúncio de novas iniciações e toda sorte de informes sobre acontecimentos de relevo para aquele estrato social de Aracaju no período<sup>14</sup>.

13 Presente na pág.4 do nº8 de “A Fraternidade” publicado em 05/12/1875

14 Sob a rubrica “*incêndio*”, presente na pág.2 do nº8 do referido periódico; texto fúnebre em homenagem ao Tenente Coronel Francisco Félix de Freitas Barreto, o qual lutou na Guerra do Paraguai e veio a falecer em batalha. Texto presente sob o título “*Restos venerandos*” presente na pág.4 do nº6 publicado em 18/11/1875

## Considerações Finais

A realização deste trabalho que aqui se encerra em suas linhas mas não na vasta possibilidade de temas possíveis que abarcam a atuação das maçonarias quer seja no Brasil, quer seja em Sergipe - em especial na cidade de Aracaju -, mostra aos pesquisadores históricos na seara do Brasil Império e, especificamente na senda temática da História de Sergipe e mesmo acerca da História de Aracaju, aspectos elucidativos não apenas sobre a atuação das lojas maçônicas e maçons dentro dos seus respectivos ambientes ou mesmo a pertença à estas organizações como algo secundário dentro da descrição biográfica destes indivíduos ou mesmo simplesmente com as maçonarias, enquanto instituição visivelmente diversificada e sempre em constante movimento e transformação, sendo vistas apenas de maneira instrumental para a atuação política de determinados grupos, sem levar em consideração a influência da cosmovisão maçônica sobre estes agentes e mesmo na dinâmica política e social enquanto instituição amplamente atuante na sociedade, como pode ser atestado na seção “*A Maçonaria em Aracaju na década de 1870 do século XIX*” e na seção transcrições ao final deste trabalho.

Atualmente temos uma miríade de trabalhos acadêmicos, obras e mesmo publicações que tratam acerca da maçonaria e seus respectivos desdobramentos temáticos, não sendo a história das maçonarias algo que esteja exclusivamente sob a esfera dos autores maçônicos ou mesmo dos adversários da referida instituição. No Brasil, esta área de estudos, enquanto ramo específico e especializado da historiografia acadêmica encontra o seu marco inaugural no trabalho da professora Célia Maria Marinho de Azevedo, a qual lança as bases metodológicas, traça o panorama das interpretações historiográficas sobre as maçonarias no Brasil a partir dos historiadores do passado e, ainda, expõe os novos rumos da história e historiografia da maçonaria nos países de língua inglesa -em especial nos Estados Unidos. Todavia, também temos as contribuições de Alexandre Mansur Barata, Marco Morel e alguns outros autores que nos últimos anos seguem publicando em periódicos acadêmicos especializados e mesmo publicando obras acerca do tema<sup>15</sup>.

---

15 Em relação apresentada por Barata em artigo publicada na Edição Especial UCLA REHMLAC (Revista de Estudios Historicos de La Masonería Latinoamericana Y Caribeña) publicada no ano de 2013, seguem os estudos mais recentes e relevantes sobre o tema maçonaria no Brasil: ANDRADE, Alex Moreira, “Maçonaria no Brasil (1863-1901): Poder, Cultura e Ideias” (Dissertação de mestrado, UFRJ, 2004); BULOVAS, T.H dos S, “O Diário da Minha Viagem para Filadélfia: impressões de um ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)” (Dissertação de mestrado, USP, 2007); CASTRO, G.D.S, “A Cruz e o compasso: o conflito entre igreja católica e maçonaria no contexto da reforma católica ultramontana em Juiz de Fora” (Dissertação de mestrado, UFJF, 2008); GALDINO, A.C, “Campinas, uma cidade republicana: política e eleições no oeste paulista (1870-1889)” (Tese de doutorado, Unicamp, 2006); GOHL, J.W, “O real e o imaginário: a experiência da maçonaria na Loja

Entretanto, os estudos historiográficos acerca da maçonaria e seus temas relacionados ainda não possuem inserção dentro do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe -seja por parte dos discentes ou mesmo dos docentes, o que termina por se mostrar uma possível lacuna em termos de compreensão da história de Sergipe – seja no período imperial ou republicano.

O estudo sobre a participação da Loja Cotinguiba pode vir a futuramente lançar luzes sobre determinadas temáticas amplamente pesquisadas por docentes e discentes do DHI como, também, mostrar novas chaves temáticas que até então não eram percebidas ou mesmo tratadas como dotadas de pouca relevância para a historiografia sergipana. Se faz convenientemente necessária a aproximação da Loja Cotinguiba junto ao docentes do departamento de história da Universidade Federal de Sergipe para que a maçonaria e a influência de suas ações seja melhor compreendida e, assim, para que haja uma renovação na escrita da história da maçonaria por acadêmicos e maçons interessados em compreender e preservar a história da instituição.

---

União III e Porto União da Vitória, 1936-1950" (Dissertação de mestrado, UFPR, 2003); RAMALHO, José Rodorval, "Novae sed Antiquae: Tradição e Modernidade na Maçonaria Brasileira" (Tese de doutoramento, PUC, São Paulo, 2004); RIBEIRO, L.C.C, "Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868-1889)" (Dissertação de mestrado, USP, 2011); SANTOS, A.C. de S., "O que revelar? O que esconder? Imprensa & Maçonaria no findar do dezenove (Pará, 1872-1892)" (Dissertação de mestrado, UFPA, 2011); SILVA, Marcos José Diniz, "Lapidando a Pedra Bruta: a Maçonaria na Organização de Artistas e Proletários Cearenses" (Dissertação de mestrado, UFC, 2000); SIQUEIRA, L.F. "Hipólito da Costa e a Maçonaria: A formação da esfera pública moderna brasileira e o vocabulário político maçônico no Correio Braziliense" (Dissertação de mestrado, UFOP, 2011); SOUZA, Jean Françoise de Oliveira, "Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)" (Dissertação de mestrado, UFMG, 2004); SOUZA, Patrícia Inês Garcia, "Buscadores do Sagrado: As Transformações da Maçonaria em Belém do Pará" (Tese de doutoramento, Unicamp, 2006); COSTA, Luiz Mário Ferreira, "Maçonaria e Antimaçonaria: uma análise da História Secreta do Brasil de Gustavo Barroso" (Dissertação de mestrado, UFJF, 2009); CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida, "Projetos e realizações culturais e pedagógicas maçônicas: o associativismo como terceira via para (re)pensar a educação popular no Brasil Império (1870-1889)" (Tese de doutoramento, UFF, 2013); DOPKE, Tiago Wolfgang, "Nosce te ipsum: sociabilidade maçônica na Revista Consciência" (Dissertação de mestrado, UFGD, 2011); SANTOS, Bruna Melo dos, "Correio Braziliense: um olhar sobre a sociabilidade maçônica (1808-1822)" (Dissertação de mestrado, UERJ, 2012); GONÇALVES, Thiago Werneck, "Periodismo maçônico e cultura política na Corte imperial brasileira (1871-1874)" (Dissertação de mestrado, UFF, 2012)

**FONTES:**

**O que queremos.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº1, Editorial, 05 out.1875, págs 1-2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1871\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1871_00001.pdf)

**Um pouco de lógica na Questão Religiosa.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº2, Editorial, 09 out.1875, págs 1-2. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00002.pdf)

**A caridade e a maçonaria.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº3, Editorial, 22 out.1875, págs 1-2. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00003.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00003.pdf)

**Festa Popular.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº4, Editorial, 30 out.1875, págs 1-2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00004.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00004.pdf)

**A ideia toma corpo.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº5, Editorial, 10 nov.1875, pág 1. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00005.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00005.pdf)

**Os exames de preparatórios.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº6, Editorial, 18 nov.1875, pág 1. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00006.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00006.pdf)

**O partido ultramontano.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº7, Editorial, 27 nov. 1875, pág 1. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00007.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00007.pdf)

**Jesus Cristo e a maçonaria.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº8, Editorial, 5 dez. 1875, pág 1. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00008.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00008.pdf)

**A maçonaria e a civilização.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº9, Editorial, 11 dez. 1875, pág 1. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00009.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00009.pdf)

**A suspensão dos interditos.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº10, Editorial, 22 dez. 1875, pág 1. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00010.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00010.pdf)

**Sem Título.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº11, Editorial, 23 jan. 1876, pág 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00011.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00011.pdf)

**A maçonaria e os jesuítas.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº12, Editorial, 3 fev. 1876, pág 1. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00012.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00012.pdf)

**A maçonaria esmagando os erros.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº13, Editorial, 10 fev. 1876, pág 1. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00013.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00013.pdf)

**Uma consequência do ultramontanismo.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº14, Editorial, 17 fev. 1876, pág 1. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00014.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00014.pdf)

**Batalhemos e venceremos.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº15, Editorial, 24 fev. 1876, pág 1. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00015.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00015.pdf)

**2 de março de 1876.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe. Ano I, nº16, Editorial, 02 mar. 1876, pág 1. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00016.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00016.pdf)

**Sem Título.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe, Ano I, nº18, Editorial, 16 mar. 1876, págs 1-2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00018.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00018.pdf)

**A liberdade religiosa.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe, Ano I, nº19, Editorial, 23 mar. 1876, págs 1-2. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00019.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00019.pdf)

**O poder temporal do Papa.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe, Ano I, nº20, Editorial, 30 mar. 1876, págs 1-2. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00020.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00020.pdf)

**O novo arcebispo da Bahia.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe, Ano I, nº21, Editorial, 6 abr. 1876, pág 1. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00021.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00021.pdf)

**Unidade do gênero humano.** A Fraternidade, Aracaju, Sergipe, Ano I, nº22, Editorial, 27 abr. 1876, pág 1. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071\\_1875\\_00022.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/711071/per711071_1875_00022.pdf)

## REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **“Maçonaria: história e historiografia”**. Revista USP, nº32, 178-189pps, Dez-Fev 1996-97, São Paulo, SP.

BARATA, Alexandre Mansur. **“Luzes e sombras: A ação da maçonaria brasileira (1870-1910)”**. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 1999. 199p.

BARATA, Alexandre Mansur. **“Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)”**, Ed. da UFJF, Juiz de Fora, MG; Annablume, São Paulo, SP, 2006. 338p.

BARATA, Alexandre Mansur. **“E é certo que os homens se convencem mais pela experiência do que pela teoria: cultura política e sociabilidade maçônica no mundo luso-brasileiro (1790-1822)”**. Revista de Estudios Históricos De La Masoneria Latinoamericana Y Caribeña, vol.3, nº1, 3-19pps, Mai-Nov 2011, San José, Costa Rica.

BARATA, Alexandre Mansur. **“Maçonaria no Brasil (século XIX): história e sociabilidade”**. Revista de Estudios Históricos De La Masoneria Latinoamericana Y Caribeña, Edição Especial UCLA – Grand Lodge of California

GONÇALVES, Thiago Werneck. **“O Periodismo Maçônico Oitocentista da Corte Imperial Brasileira: Notas de Pesquisa”**. Revista de Estudios Históricos De La Masoneria Latinoamericana Y Caribeña, vol.3, nº1, 143-156pps, Mai-Nov 2011, San José, Costa Rica.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **“Organização, Preceitos e Elementos da Cultura Maçônica: Fundamentos Para a Introdução nos Estudos da Maçonaria”**. Revista de Estudios Históricos De La Masoneria Latinoamericana Y Caribeña, vol.4, nº1, 123-140pps, Mai-Nov 2012, San José, Costa Rica.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FREITAS, Itamar. **“Historiografia Sergipana”**. Editora UFS, São Cristóvão, Sergipe, 2007. 310p.

NASCIMENTO, José Anderson. **“A Contribuição da Maçonaria para a Prática Educativa em Aracaju (1970-1980)”**. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, UFS, São Cristóvão, 85p, 2010.

LAGO, Laurênio. **“Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos 1828-2001**. 3. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001.

## **TRANSCRIÇÕES**

## A Fraternidade – Ano I – Nº1

Aracaju, 5 de Outubro de 1875

### O que queremos

Estranho espetáculo apresentam, há alguns anos, os países com populações católicas.

Vencido em seu poder temporal que, aliás, na Europa e no XIX século, pôde conservar até o ano de 1870, dir-se-ia que, para mostrar que ainda é grande sua ação no mundo, o papado ateia por toda parte o incêndio.

Estamos em tempos de lutas religiosas, senão tão perigosas em suas consequências imediatas quanto na época em que o padre e o carrasco, assim como o dogma e a fogueira, vinham um depois do outro, não menos graves para aqueles que acima de todas as liberdades colocam sempre a liberdade de consciência.

A Igreja Católica, depois que se tornou vitoriosa no mundo romano com o imperador Constantino, seguiu a tendência invariável de todas as religiões triunfantes, fez-se, por sua vez, perseguidora. Se quisermos considerar a religião na excelente expressão desta palavra, poderíamos dizer que a Igreja Católica deixa de sê-lo, sempre que, esquecendo sua missão espiritual, constitui-se simples poder temporal, dominado por impossíveis ambições.

É uma lei fatal que todo poder em mãos de homens procura sair fora de sua órbita natural, e a história catolicismo melhor que nenhuma outra o prova. Estudado sob a feição ultramontana, da qual cada dia todo ele mais se aproxima, não é temeridade afirmar que nenhuma religião mais do que ele procura em si absorver os crentes. O brahmanismo fazia o homem quase que sucumbir diante de uma natureza grandiosa que o esmagava, porque ele não podia compreendê-la; certos católicos, porém, foram mais adiante, traçaram como ideal supremo para o homem nesta vida o estado de cadáver, *perinde ae si cadaver*.

Para isso dispõe ele de uma organização admirável e única, por meio da qual centralizou, por assim dizer, todas as ideias e todos os sentimentos dos que se habituaram ou se resignaram a ver no Vaticano a única porta que dá entrada para o céu. Foi essa a grande obra que pôs remate Pio IX, no dia em que foi definida sua infalibilidade em matérias temporais como em questões de dogma.

Cumpra bem precisar este ponto: o catolicismo de hoje não é simplesmente uma forma para esse sentimento do infinito, dignidade e grandeza do homem escritas por Deus no seu coração ; é ele, antes do que isso, uma doutrina social, uma doutrina política, uma doutrina científica e até mesmo uma doutrina industrial. Basta ler os códigos dos anátemas sobre a civilização – o *Syllabus*, para verificar-se que sobre todas as esferas por onde se expande a inteligência humana Roma intervém para condenar.

Nesse trabalho de absorção, nessa faina por tornar-se a única cabeça que pense e o único coração que sinta, uma ideia parecia ter escapado ao senhor absoluto das almas a ideia de pátria. Entretanto, amar e obedecer ao mesmo tempo a Roma e aos poderes civis, a esses reis e ministros que fizeram ou deixaram soçobrar a autoridade temporal do papado, que coisa mais impossível? Se o dogma da infalibilidade faz a autoridade pontifícia estender-se sobre tudo, se é direito do papa desligar os católicos do juramento de fidelidade aos governos, se esses governos são quase todos atualmente inimigos de Roma, e se, por outro lado, Roma é a primeira pátria por ser a pátria espiritual, hesitar entre uma e outra seria admitir o bem e o mal, cair numa espécie de maniqueísmo.

Eis aí a posição em que estão colocados os católicos, eis aí a razão do antagonismo, em cada país, entre as populações católicas e o sentimento nacional. E fácil é demonstrá-lo.

De onde provém uma das maiores dificuldades que se opõe a reorganização da França? Desse partido ultramontano, ainda infelizmente muito forte, que, antes que a nobre vencida cicatrizasse as feridas de que em grande parte fora ele mesmo causa, tem querido lançá-la aos azares de uma guerra contra a sua única aliada possível a—Itália. A esses legitimistas intransigentes, que são sempre os *mesmos que nada aprendem e que nada esquecem*, nem o sábio e patriótico governo do Sr. Thiers, nem a política moderada do marechal Mac-Mahon, nem mesmo o governo de combate do duque de Broglie puderam convir, desde que não fizeram correrem os exércitos a reconquistar o poder temporal. Os ardentes defensores do altar e do trono esqueciam-se simplesmente de que um novo desmembramento seria para a França a mais provável consequência de tão insensato cometimento.

Na Alemanha o conflito tem apresentado um caráter ainda mais agudo. Muito longe de nós fazer a apologia do célebre ministro cuja política é a realização do princípio por ele mesmo formulado *a força vem antes do direito*, ou aplaudir todas as medidas violentas com que tem ele procurado resolver a questão entre o Estado e o clero, mas ninguém que aprecie os acontecimentos sob o ponto de vista do patriotismo alemão, hoje que a unificação é uma aspiração nacional, deixará de julgar muito equívoco o patriotismo dos que a querem contrariar. Mas, pense-se como se quiser, o conde de Bismarck é um grande homem, ele havia de descobrir o meio pelo qual o clero ultramontano se sujeitaria a prestar obediência as leis civis.

Em suas mãos estava o argumento invencível, o calcanhar desse Aquiles é a bolsa, bem ele o sabia. Efeitos milagrosos vai produzindo a suspensão das cômputas; Pio IX já aconselha um pouco mais de moderação.

Até a grande ilha, que goza tão pacífica de suas instituições liberais, estreme com os perigos da invasão ultramontana. Um homem notabilíssimo, há pouco primeiro ministro, ao deixar a direção do governo e a do seu grande partido, tem consagrado seus esforços a denunciar o mal com que o *Vaticanismo* ameaça a Inglaterra. A grande repercussão que tem tido o grito de alarma levantado pelo Sr. Gladstone prova quanto são legítimos seus temores; todas as sutilezas da casuística não conseguirão demonstrar que o reconhecimento da nova organização que os ultramontanos pretendem dar a Igreja romana não se tenha tornado incompatível com as leis do Estado.

Mais atrasado que esses países e quase todo católico, o Brasil parecia oferecer terreno próspero para germinarem as novas doutrinas. Também a arrogância dos prelados brasileiros não acha precedentes. Animados pelas constantes hesitações de um governo, que nesta questão só se tem sabido mostrar fraco e contraditório, e cuja política se acaba de coroar com esse ato de incrível humilhação a anistia, não

vemos esses pseudomártires, em cada palavra que proferem, contrariem as mais ardentes aspirações nacionais? Porque , -não nos iludamos, -não foi a Maçonaria a causa da luta, senão o pretexto buscado para a declaração de guerra ao espírito moderno nesta parte do novo mundo.

Os brasileiros ocupam uma zona do planeta como nenhuma outra há, ao mesmo tempo tão vasta e tão fértil, e para que não nos mostremos indignos desse tesouro, preciso é fazer brilharem as riquezas que ele encerra. Uma coisa só, porém, engrandece as nações como eleva os homens -é a liberdade.

Sem dúvida a religião é o nosso mais nobre sentimento e a primeira necessidade para o ser moral; sem ela, como disse Royer-Collard, a vida seria sem dignidade e a morte sem consolação. Mas a religião tem seu objetivo no céu, e neste mundo em que vivemos há alguém que devemos amar antes de tudo e sobretudo é a pátria; queremos ela grande, próspera e livre.

Repetimo-lo: o partido ultramontano ou a escola neo católica é hoje o adversário intransigente de todo progresso, desse espírito de liberdade que desde o fim do século passado é a base mesma das sociedades civilizadas; maior inimigo não tem aqueles que a quem o patriotismo fizer o coração pulsar no peito.

É entre estes, entre os que no país tentam levantar uma barreira aos cometimentos ousados da seita obscurantista, que a *Fraternidade* vem pedir um lugar modesto.

Um pensamento distinto, o Srº Alberto Réville, terminou com estas palavras um escrito recente:

“Haveria para as igrejas da Europa um perigo maior do que o que correm persistindo em ser intolerantes, seria o de se tornarem intoleráveis.”

A religião que pregam no Brasil os bispos anistiados e os que os acompanham não é por certo o cristianismo; como quer que seja, porém, a força de intolerante, tornou-se ela intolerável.

Já era tempo que nesta província a reação liberal tivesse um órgão!

Por uma lei da Providência o homem necessita de luta para desenvolver-se.

Assim como é o homem, também são as nações.

A Grécia exaltou-se pela guerra de Tróia, Roma por suas conquistas, a Europa antiga pelas cruzadas e a Europa moderna pelas guerras napoleônicas.

A Maçonaria, porém, nem é como o homem, e nem como as nações que necessite de luta para desenvolver-se: ela não representa a matéria inerte, mas sim a parte ativa que a dirige.

Desde o século 8º os tiranos lhe movem guerra brutal, mas a Maçonaria longe de empregar força material para repelir seus adversários, fogia de seus perseguidores, reconcentrava-se nas grutas, e vivia entre as feras, até que a ação dos tempos viesse em seu favor.

Este exemplo de brandura e moderação vimos em Cristo, que podendo pôr em ação legiões de anjos em sua defesa, fugia da presença de seus perseguidores, e repreendia a Pedro por haver cortado a orelha de Malco.

A Maçonaria não precisa de lutas para desenvolver-se, porque ela desempenha os preceitos de Cristo, e os preceitos de Cristo só se propagam pela ação moral das doutrinas, e pelo exemplo de seus apóstolos.

Olhai para o mundo profano. Essas legiões de soldados que se batem

entre as nações; que derramam o sangue da humanidade; que saqueiam as fortunas alheias e mancham a virgindade das donzelas, são guerras monstruosas movidas por usurpações, ou por mero capricho; uns e outros não disputam pelo justo, é pela vaidade e pelo orgulho.

Olhai ainda para esse poder espiritual que lança interditos e excomunhões contra homens pacíficos que cumprem um dever do céu; são frutos de um sonhos de conquistas desarrazoadas, são os usurpadores do poder temporal, que cheios de raiva insultam a religião do Crucificado.

Mais do que Cristo ninguém sofreu, porém nem Cristo, e nem os apóstolos, lançaram interditos e excomunhões.

A religião do Crucificado não precisa da mão de César para protegê-la, não necessita das maldições que partem do Vaticano e espalham o terror pelos fiéis, não precisa desse código de maus preceitos chamado syllabus, que sopita a consciência do homem, e o reduz a máquina, necessita unicamente que seus ministros, revestidos de saber, prudência e virtudes, ensinem com verdade e pureza tudo quanto Cristo deixou dito.

Felizmente a Maçonaria se acha garantida, e fora de qualquer questão.

Os padres jesuítas querem governar as coisas do céu e as da terra, querem o espiritual e o temporal; mas como este está entregue as potestades deste mundo, e estas não se deixam esbulhar de seus direitos, com elas, e não conosco será a luta.

Quase todos os homens que habitam este globo são Maçons, e todos estão sujeitos as leis civis e criminais.

Para que os Jesuítas ponham estes homens fora das leis que os regem, é preciso que os governantes consintam na usurpação de sua autoridade; e como nenhum governo, por mais inepto que seja, se esbulha de seu poder, a Maçonaria tem um defensor nato que a protegerá.

Pelo que levamos disto se vê, que estamos assaz garantidos para não temermos as quixotadas dos Jesuítas, pelo que, a nossa missão será de paz e concórdia.

Não se assustem, pois, os Jesuítas com a aparição deste jornal; nós marcharemos pela linha reta que nos foi traçada, sem nos importar com os seus desvios, que só contra eles e suas pretensões trará terríveis consequências.

Mas como alguns vigários do interior estão esquecidos de si, e de seus deveres, e lançam a perturbação no seio dos povos de sua jurisdição, não podemos prescindir de um ajuste de contas, patenteando os seus erros, e chamando-os ao cumprimento de seus deveres.

Oxalá que a luta Jesuítica cesse de ora em diante, e que os Bispos agraciados pela generosidade do Imperante, deixem por uma vez de agitar o pacífico povo brasileiro, e que a paz religiosa produza o sossego das famílias.

**A Fraternidade – Ano I – Nº 2**  
**Aracaju, 9 de Outubro de 1875**

**Um pouco de lógica na questão religiosa**

Pretendem quase todos que se tem ocupado com a questão entre a igreja e o Estado que seja impróprio o nome de conflito religioso com que vulgarmente é qualificada. O vacilante e contraditório governo que mandou prender os bispos para depois anistiá-los quis reservar-se uma posição mais cômoda do que seria a de confessar que no fundo de suas discórdias com as autoridades eclesiásticas aparecia nada menos que o cisma. Por outro lado, o clero católico, que no Brasil vive das cômmodas que lhe paga o governo civil e em grande parte do prestígio que este lhe transmite, via com a perspicácia que nunca lhe faltou que, se chegasse a divorciar-se do Estado e tivesse a coragem de expelir do seio da Igreja a Tibério e seus Sejanos, perderia toda a força que lhe resulta da aliança.

Daí para um e para outro, para os que defendem a Constituição como para os que sobre ela colocam o *Syllabus*, uma posição falsa, sem coerência e sem dignidade.

Para nós a questão é muitíssimo mais grave, e quanto mais refletimos sobre ela, quanto mais sentimos que ela nos abala a consciência, mais nos convencemos que esse conflito não é uma simples rivalidade entre os bispos e o poder civil, é ele uma luta entre os que se separam do catolicismo porque ele se tornou incompatível com a civilização e os que voltam as vistas para o Vaticano como única pátria terrestre. Reconhecemos que não é esta a face aparente da questão; uma dupla hipocrisia envolve sua expressão real a dos que defendem a separação da Igreja e do Estado, o casamento civil, a secularização dos registros dos nascimentos e óbitos, pretendendo conservar -se católicos, e a dos bispos que juram com reservas mentais obedecer a uma Constituição que vão violar no dia seguinte, porque nem sua letra e nem seu espírito se podem harmonizar com as doutrinas de Roma.

A Constituição do Império obriga o brasileiro a se dizer católico desde que liga a aceitação desta religião o gozo de certos direitos dos quais são privados os que não a professam; o Vaticano, por sua vez, força os bispos ao perjúrio aliando-se ao poder civil que ele em cada ocasião excomunga com todos os seus anátemas.

Um bispo notável, atualmente o órgão mais eloquente do catolicismo em França, o Sr. Dupanloup, procurou conciliar o *Syllabus* com o progresso. Não conhecemos espetáculo mais triste do que esses esforços de um grande talento a interpretar com a aplicação das distinções da casuística o *código negro do obscurantismo*. Também não sabemos que trabalho algum tenha sido mais infrutífero.

Antigamente, antes que Pio IX se preparasse para ser infalível, alguns espíritos amigos ao mesmo tempo da Igreja e do progresso procuraram convencer a Roma que a oposição ao espírito moderno seria um suicídio, e que tanto menos devia ser essa sua posição quanto a Igreja em seus grandes séculos fora muitas vezes apóstolo da liberdade. Foi a essa nobre tentativa que se chamou o *catolicismo liberal*. E esta conciliação entre a Igreja e a civilização era aconselhada e promovida por

homens como Montalebert, Lamennais, Lacordaire, Beutaim, isto é, os nomes mais ilustres do catolicismo.

Sabe-se como foram acolhidas em Roma as doutrinas dos redatores do *Futuro*, como foram elas inteiramente repudiadas.

O mais célebre entre eles, o padre Lammenais, como que não acreditando que Roma pudesse condenar aqueles que punham ao serviço do catolicismo tanto talento e tanto fervor, quis revelar ao próprio papa as angústias do seu coração religioso e os receios que lhe atormentavam o espírito pelo futuro da Igreja. Era papa então Gregório XVI. A Roma que viu o grande escritor fê-lo escrever estas palavras, que reproduzimos porque são de um sacerdote católico:

“Fui a Roma, disse ele, e encontrei a mais infame sentina que se tenha visto; ai só há um Deus o interesse. Vender-se-ia o gênero humano.”

Depois disso, a intolerância da cúria foi cada dia crescendo e o divórcio cada vez mais se acentuando; as esperanças que a Igreja se rejuvenescesse tornando-se mais uma vez o farol da civilização de todo se desfizeram, e a prova é que esse *catolicismo liberal* sonhado pelos mais sinceros e mais perspicazes filhos da Igreja é uma palavra que hoje tem apenas uma significação histórica.

E como falar-se em liberalismo depois do *Syllabus* e da infalibilidade?

Bem sabemos que o pontífice romano nem sempre cumpre rigorosamente os princípios que enuncia do alto de sua autoridade infalível; Roma está na terra em que Maquiavel escreveu e sabe mostrar-se hábil nas transações. Para não romper com os governos a quem vive ligada por concordatas que lhe são mais proveitosas do que a eles, não hesita muitas vezes em fazer concessões, salvo, porém, sempre o direito de cobrá-las em ocasião oportuna. Mas se sobe o ponto de vista temporal se pode dizer que a Igreja lucra com isso, não é possível negar que a religião católica perde com essa posição indecorosa dos que a representam.

Se a autoridade do papa é infalível fora de suas definições não há religião católica. E se a Igreja transige com o Estado, afirmando em um país o que não admite em outro, as religiões diferentes que resultarem também não serão mais a religião católica com seus dogmas e seus princípios absolutos.

Por mais absurda que pareça a proposição, os papas nos países católicos em que se reconhece a *jus circa sacra*, como no nosso, são os soberanos ou os governos.

O *Syllabus* condena formalmente o *placet*, o *recurso ad Principem*, e realmente desde que eles admitidos há uma autoridade superior a do papa – é a dos governos a quem coube julgar da conveniência de serem ou não recebidas as decisões pontifícias.

O que, pois, a lógica aí está a exigir é: ou que a Igreja separe-se do Estado, reservando-se a liberdade de exigir dos fiéis a prática das doutrinas ultramontanas em toda sua integridade, ou que permita que os cidadãos de cada nação professem a religião católica em harmonia com as constituições civis, o que, a falar rigorosamente, seria o mesmo que dizer – deixassem de ser católicos.

Dizemos – rigorosamente- porque ainda que rejeitemos sem hesitação o *Syllabus*, não podem o papa e os bispos nos lançarem fora do catolicismo enquanto eles mesmos não repudiarem a Constituição brasileira, que é inteiramente incompatível com o código romano. Antes disso seremos sempre os católicos da Constituição do Império. Mas são termos estes tão repugnantes um ao outro, que revelam até a evidência o absurdo dos princípios de que eles são a dedução lógica.

Em questões de religião mais ainda que nas outras deve-se atender ao fundo de preferência a forma. Considerada no seu espírito, a Igreja é hoje a inimiga da civilização; o *Syllabus* bem alto proclama a antinomia.

Aos que, pois, forem por esta contra aquela só resta um alvitre: pugnar pela *Igreja livre no Estado livre*.

Voltaremos ainda ao *Syllabus*.

### **A Fraternidade – Ano I – Nº 3 Aracaju, 22 de Outubro de 1875**

#### **A caridade e a Maçonaria**

Uma mulher da antiguidade, que se diz esposa de Brama, disse: a caridade é o amor mais elevado, mais amplo e puro: é a lei universal.

A caridade é graciosa, e não apaixonada; disse a mesma mulher no seu código de doutrinas morais.

Desta definição sublime se conclui, que, a caridade baixou à terra no mesmo dia em que o homem foi formado e se encarnara em Adão.

Se a espécie humana não houvesse decaído; se o homem não tivesse sido pervertido, a perfectibilidade social não estaria dependente da ação tardia dos séculos, e as passadas eras não teriam enlutado a história dos crimes que horrorizaram a própria natureza; o passado teria sido aquilo que se espera dos séculos vindouros.

Mas é certo que, a caridade tornou-se peregrina, a peregrina desditosa, e, qual judeu errante, não encontrou agasalho em parte alguma do mundo.

A sociedade em geral estava corrompida, nenhum sentimento nobre se aninhava no coração humano, o homem parecia querer-se confundir com as feras; a ciência, as artes, e o código de moral desapareciam, e só a ferocidade fazia progressos.

Por ventura pereceria o mundo moral para só ficar existindo o físico?

Deus consentiria que sua obra fosse totalmente destruída pela perversidade dos homens? Não.

Altos mistérios da divindade.

Assim como os primeiros homens foram ilustrados pela visão de Deus; assim Deus inspira os homens de sua escolha para serem os salvadores dos povos em ruína.

Estes homens inspirados que apareceram, ou melhor, que surgiram do meio da corrupção universal, foram os Magos, fundadores da Maçonaria, que associados misteriosamente conservaram os preceitos salutares, germe da civilização de hoje.

A caridade então deixou de ser peregrina. Cansada de percorrer o mundo profano, afinal encontrou uma arca digna de nela repousar. Foi na associação dos Magos que a caridade inscreveu-se como sócia, dizendo: já percorri o mundo e nele só encontrei a mentira, o erro, a barbaridade e os pecados capitais: não fui recebida em parte alguma, e nem podia sê-lo; mas encontrando esta morada da verdade, este Templo augusto, onde só se cura do bem da humanidade, onde Deus tem um trono, e a virtude um altar, nela permanecerei até a consumação dos séculos, porque, quando Deus me enviou a terra para despertar os homens na prática do amor para com os seus semelhantes, me disse: a teu lado envio a verdade, que será tua irmã divina: não te separe dela.

Ide, Eu vos envio para que anuncieis aos homens doutrinas de paz, recordando-lhes a lei eterna, que se resume no amor.

Os ricos e os poderosos constituem uma associação maldita e pervertida, e oprimem o pobre e o fraco; apiedai-vos destes, e restabelecei na terra o meu reinado, que é o reinado do amor e da fraternidade.

E assim como qualquer edifício precisa de uma base sólida para elevar-se a sua conclusão, servirás de base robusta para que os homens recebam outros atributos de minha divindade, que os enobreçam, e possam aproximá-los de mim.

Tu és a caridade, que abrandas os maus, e santifica os bons; prepara a todos pelo amor, para que possam receber a liberdade, que os faz independentes pelo cumprimento espontâneo de mútuos deveres, o direito de igualdade que os une, e a fraternidade que os liga estreitamente.

A caridade como existe presentemente emanou de Deus, filiou-se na Maçonaria, e por esta foi propagada tanto quanto o permitiu a barbaridade dos povos; mas veio o Filho de Deus com sua voz autorizada dar-lhe o poderoso impulso que teve, generalizando-a por todos os povos da terra.

Depois da morte de Jesus Cristo, como se sabe, a Maçonaria passou por uma reforma importante no sentido das novas doutrinas anunciadas; e assim como

Salomão reformou os mistérios Essênios dando-lhe novo impulso e uma existência mais proveitosa à humanidade, assim Jesus Cristo o fizera, dando-lhe o último retoque para a sua perfeição.

Duas épocas notáveis em sentido duplo se tem dado para com a Maçonaria, são as épocas da revelação de suas doutrinas, e das duas reformas, como acima dissemos.

Duas vezes ordenou Deus que a ciência maçônica saísse do recinto de seus templos, e fosse ilustrar os que viviam privados dela; a primeira revelação foi feita por Moisés, que doutrinou o grande povo que guiava revelando-lhe todas as verdades que encontrou nos mistérios de Ísis do Egito, onde se instruiu; e a segunda revelação é a do Evangelho de Cristo, que derramou suas bases pelo universo, e chama todos os povos ao gozo das verdades do cristianismo.

A Maçonaria, pois, é a mais importante das associações existentes; enquanto outras se ocupam de especialidades lucrativas, a Maçonaria faz um esforço extremo, um verdadeiro sacrifício para derramar a beneficência pela humanidade, resgatando-a do erro e da servidão dos déspotas.

A caridade para com o próximo, a beneficência para com os deserdados da fortuna, e a dissipação do erro formam o farol luminoso que guia a Maçonaria pelo caminho traçado por Deus.

Tudo quanto representa a sociedade de luminosa e moralizada são frutos de uma conquista porfiada, e de um esforço extremo, dignos da força moral, e da santidade desta instituição humanitária.

Aqueles que a caluniam, e aqueles que lhe emprestam uma função estranha são, ou ignorantes, ou malignos, em todo o caso são inimigos do progresso e da liberdade dos povos.

Engana-se todo aquele que sonha com o regresso da sociedade. No livro dos destinos humanos está escrito, que o mundo tocará a meta da perfeição compatível com os homens.

**A Fraternidade – Ano I – Nº 4**  
**Aracaju, 30 de Outubro de 1875**

**Festa Popular**

Quando falta a liberdade, a própria natureza emudece para lhe prestar

homenagem, e os tiranos cobrem o rosto envergonhados.

Com razão os Romanos lhe rendiam um culto, e Tibério Graco lhe edificou um templo no monte Aventino.

A liberdade é a isenção de tudo que prende e sujeita o homem, e lhe tira a faculdade de obrar conforme os ditames de sua vontade.

É pela liberdade que o homem se apodera da verdade, e torna-se franco: é por ela que os estados florescem, que os homens se ilustram, que as ciências se completam, que as artes se aperfeiçoam, e que vêm o mérito ou demérito para o homem.

A liberdade é tão agradável a Deus, que só ela tem a força precisa para fazer surpreender os decretos da vingança divina, só ela abranda a cólera de Deus, e o reconcilia com os homens.

Reinava Zedequias na Judeia quando o poderoso rei de Babilônia pôs Jerusalém em cerco. O terror e o espanto se apoderaram de todos, e o facho consumidor estava preparado para consumir Jerusalém, quando o mesmo Zedequias, de acordo com os príncipes e o povo ofereceu a Deus, em conta dos pecados dos hebreus, a liberdade de seus servos, para que o mesmo Deus abrandasse sua cólera, e os salvasse da espada do exército de Nabucodonosor. Deus, agradado da rica oferta do povo hebreu, quebrantou a força do exército sitiador, e livrou a Judeia de seus inimigos.

Mas, o povo hebreu era um povo rebelde por natureza; apenas se vê livre de seus inimigos, viola a promessa feita, e torna a cativar os libertos; mas Deus irado por tal procedimento, investiu os exércitos Babilônicos de tal força, que as cidades de Judá foram tomadas e saqueadas, e seus habitantes devastados e presos!!!

A liberdade, pois, é uma partícula divina que se desprende da essência de Deus, e veio gravar-se no homem para enobrecê-lo.

Bem andam aqueles que amam a liberdade, e aborrecem a tirania.

Os que bafejam os governos, e formam a cauda do executivo não gostam da liberdade, ou fingindo abraçá-la a sofismam; mas o povo a ama extremosamente.

Cada povo, portanto, tem seus dias de liberdade, que lhe despertam do leito, e ativam o seu patriotismo.

Os Sergipanos, além de outros dias, adoram o 24 de Outubro, e o exaltam com frenesi, saudando a aurora brilhante que o ilumina, e o destino feliz que dera ao povo.

O homem que preza a liberdade, e aplaude os seus feitos, estremece de gozo quando o povo a leva em triunfo. Os fogos de alegria que fendem os ares, os vivas estrepitosos que ferem nossos ouvidos e a alegria que brilha nas faces do povo, tudo concorre para elevar o homem ao ideal de sua felicidade.

Rendido este preito de homenagem ao 24 de Outubro, passaremos a descrever os festejos que tiveram lugar.

A noite de 23 pressagiou a influência do dia seguinte. Os edifícios públicos

e particulares estiveram iluminados, os batalhões dos estudantes e dos artistas se reunirão nos lugares de suas paradas, e cada um deles com sua competente música, e possuído de grande entusiasmo, se dirigiu ao extremo da rua da aurora para receber sua bandeira, que estava em depósito em casa do Sr. Dr. Manoel Pereira Guimarães.

Feita as cerimônias da recepção das bandeiras, seguiram os dois batalhões para a rua de Santo Amaro, afim de conduzirem o carro triunfante ao lugar de seu depósito, que foi no extremo ocidental da rua de Laranjeiras.

Depositado o carro, saíram os batalhões percorrendo as ruas da Capital, levando a alegria a todos os seus habitantes.

Raiou a aurora do grande dia, e uma prestativa encantadora nos fascinou. A cidade estava linda como os amores, suas ruas largas e bem alinhadas se achavam guarnecidas de arcos, as bandeiras flutuavam como se houvessem saído triunfantes de um combate em prol da liberdade, as janelas das casas realçavam pelos raios de beleza que delas vinham, porque o belo sexo as guarneciam, e os navios surtos neste porto, tomando parte ativa no regozijo do dia, estavam galhardamente enfeitados, e tudo isto reunido indicava que a pomposa festa da Liberdade ia começar.

Eram dez horas do dia quando os batalhões patrióticos puseram-se em marcha e foram reunir-se na praça 24 de Outubro, em frente do quartel de linha, formando duas brigadas, que se compunham dos batalhões de estudantes, artistas, caboclos, cavalaria, e de praças de primeira linha, todos decentemente vestidos.

Seguiram as brigadas até o ponto onde se achava o carro em depósito, percorreram algumas ruas no meio de vivas aclamações, sendo o trânsito interrompido a cada passo pelos que pronunciaram discursos e poesias análogos ao dia; em seguida assistiram ao Te-Deum na Matriz de S. Salvador, e finalizado o ato religioso, continuou o trânsito patriótico pelas ruas do programa, que ainda faltavam percorrer, terminando o passeio popular as seis horas da tarde.

A noite houve iluminação; e três suntuosos bailes, bastante concorridos, fecharam os divertimentos do grande dia 24 de Outubro.

Esta resumida descrição dos festejos de 24 de Outubro ficariam incompletos se deixássemos de notar uma singularidade que muito nos agradou.

Dois distintos patriotas caracterizaram-se tão a propósito, que seria para desejar que todos assim o fizessem.

Estavam eles ornados de distintivos manufaturados de produtos nacionais, que representavam ao vivo os ornamentos feitos de manufatura estrangeira. Estes dois patriotas foram os Srs. Capitão do Porto Antônio Ximenes de Araújo Pitada, e Tenente Manoel Pedro de Mello.

Felicitamos aos Sergipanos pelos festejos que fizeram ao seu grande dia, e por mais esta vez terem dado provas de seus sentimentos liberais; e oxalá que nunca esqueçam de tributar sua gratidão ao dia de suas tão gratas recordações.

**A Fraternidade – Ano I – Nº 5**  
**Aracaju, 10 de Novembro de 1875**

**A Ideia toma corpo**

Os princípios que a instituição maçônica sintetiza e defende: as tendências que a conduzem, e as conquistas que assinalam a sua marcha vitoriosa através dos tempos, -prendem-se intimamente aos destinos da sociedade, e ao problema da civilização.

Todas as ideias tiveram o seu período de gestação e desenvolvimento; e podemos dizer que nenhuma deixou de transigir com os erros e preconceitos, quando o esforço humano atingiu-lhe a realização.

É uma lei do mundo moral, assim como do mundo físico, que a cada progresso, a cada fundação nova, corresponda uma fase de entorpecimento, e destruição. Como disse Herbert Spencer, a cada movimento corresponde por um lado uma dissolução, e por outro lado uma evolução.

Assim, a maçonaria teve seus longos dias de marasmo e consunção; a ideia parecia gelar-se no cérebro dos pensadores: mal de sombra deflorava-lhe esperanças e sonhos venturosos.

Mais tarde, cada fator social tornara-se um propulsor das teorias maçônicas: a reação que surgia poderosa nesse organismo misterioso das sociedades, exigia maior absorção de elementos estimulantes.

A maçonaria foi religiosa; como política e filosófica.

No Brasil, presentemente, vemos como cresce a instituição, até ontem desconhecida e amofinada.

Para nós, este fato é sintoma precursor de uma surreição de energias, até ontem mortas ou entibiadas. É um argumento poderoso, incontestável em favor das doutrinas evolucionistas, daquelas que representam a humanidade em perpétuo combate pela vida e pelo progresso.

A maçonaria brasileira não pode resumir-se a uma sociedade beneficente, sem intuitos mais largos, sem preocupações mais sérias.

É sociedade religiosa, porque representa a compreensão mais nobre e elevada desse sentimento, tão profundo e complexo, que poderá por si só constituir uma psicologia.

É sociedade política, pois o ideal social dos espíritos independentes e altivos, não se confunde com a prática desmoralizadora de doutrinas egoísticas, cujas raízes se embebem na corrupção e no cinismo.

A maçonaria é ainda uma filosofia, pois ela concreta em si todas as fórmulas da atividade física, e significa a suprema aspiração das almas entusiastas.

Na Europa, e somos de opinião adversa a que corre, a maçonaria não precisa ser religiosa, ou política, pois a instrução já pode infiltrar-se até as mais baixas camadas sociais. Ali, o maçom é o representante de uma civilização, já encaminhada; e portanto, isento das lutas que a preparam e robustecem.

No Brasil, os apóstolos das ideias novas, ou antes, inimigos do imobilismo ou da tradição pura, constituem uma pequena minoria, que precisa da sombra e do mistério para não expôr-se as decepções que lhe acarreta a sua posição excepcional.

A propaganda que se faz continuamente, nos parece os primeiros solfejos que precedem a execução de uma grande orquestra

Despertar as vontades, habituadas ao descanso, eis o motivo, em nossa opinião, que por ora aconselha-nos a prédica.

Desde que for conseguido este belo resultado, qual o do país nobilitado pelo pensamento, desde que tornar-se geral a compreensão dos direitos e deveres sociais, ficará lavrada a sentença de morte do absolutismo: o país será livre, queiram ou não os homens da sotaina, os esbirros do trono!

## Os exames de preparatórios.

Tem-se, há alguns anos, revelado nas altas regiões do poder um certo amor pelos progressos da instrução pública. Mesmo quando se conteste que a solicitude do governo tenha sabido trilhar o melhor caminho para chegar ao fim que se propõe, mesmo quando impressione desagradavelmente a quem viu estas suntuosas escolas da corte o contraste com o estado da instrução nas outras províncias e com os meios pelos quais se pretende melhorá-lo, é justo reconhecer que o ministério de 7 de março alguma coisa fez em prol do mais importante ramo, talvez, do serviço público.

De todos os seus atos foi sem dúvida o mais saliente o Decreto pelo qual estendeu a todas as províncias do Império a faculdade de terem mesas examinadoras, perante as quais se habilitassem a matrícula os que pretendem graduar-se nas Academias. Era esse um privilégio de que até então gozavam apenas quatro dentre elas, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

A presunção de que só essas províncias possuíam ilustração bastante para nelas se poderem fazer os estudos preparatórios trazia consigo antes de tudo os funestos efeitos que acompanham todos os privilégios. Os colégios das quatro províncias contando com a concorrência que lhes assegurava a necessidade de frequentá-los imposta aos estudantes das províncias vizinhas, converteram-se em verdadeiras especulações mercantis, ao passo que nestas a instrução a instrução secundária era nula, por convir mais ir estudar na província onde se devia fazer o exame do que ir prestá-los no fim de cada ano.

Acrescente-se a isso que muitos que se sentiam com vocação para as letras viam-se impossibilitados de cultivá-las pelas exageradas despesas exigidas pela estada em província estranha, e que os pais abastados que podiam dá-la aos seus filhos eram forçados a tê-los desde tenra idade, quando justamente a educação da família é o que eles mais carecem, ausentes de si, em internatos que, quando mesmo não se soubesse que são hoje geralmente condenados, bastaria, para fazê-lo, conhecer o que são eles entre nós.

Já se vê que não podia basear-se em mais procedentes razões o Decreto a que nos temos referido, cuja sabedoria aí está revelada pela prova de dois anos porque já ele passou.

Temiam certos espíritos pessimistas ou meticulosos que as províncias abusassem da concessão e que ela viesse aproveitar unicamente aos incapazes. Esses receios tiveram um eco no parlamento e o Decreto mereceu a condenação de um dos homens mais autorizados do país o Sr. Conselheiro Zacarias. Queremos crer que a sua posição de adversário do governo e o dever que se impôs, com grande proveito para o país, de tudo fazer passar pelo cadinho de uma crítica tão ilustrada quanto severa, levaram-no desta vez a apreciações menos justas, desviando-o ao ponto de dizer em pleno senado que na província de Sergipe não havia ainda pessoal habilitado para compor as mesas examinadoras.

Julgar-nos-á ainda S. Ex pelo tempo em que administrou esta província? O que é certo é que com relação a sua população nenhuma província talvez conte em seu seio maior número de homens formado, aqueles que conhecem o movimento das Academias o podem atestar; e a não querer considerar senão a capital, é de crer que o Sr. senador Zacarias não saiba que aqui já possuímos um estabelecimento de instrução secundária dos mais regulares, com dez professores, alguns dos quais de primeira ordem, sem falar da Escola Normal e dos colégios.

Pretende-se que a província não possa ainda gozar desse benefício porque revelaram os examinadores grande benignidade, aprovando os que sabem como os que não sabem.

Não é, entretanto, essa a conclusão que autoriza o resultado dos exames que se fizeram o passado.

No relatório do Diretor Geral da instrução pública da corte está impresso o que lhe apresentou seu delegado nesta província, o Sr. Dr. Manoel Luiz, pessoa de incontestável competência nestas matérias. Aí o ilustre delegado elogia o modo por que se houveram os lentes do Atheneu na distribuição dos atestados, não os barateando aos que a eles não tinham direito, e se depois refere-se a uma certa facilidade em aprovar parte dos examinadores, previamente enfraqueceu a sua acusação. Se em regra geral só se apresentaram aos exames os habilitados, como o delegado é o primeiro a reconhecer, não lhe é lícito estranhar o pequeno número de reprovações.

Retirar hoje a província o benefício de que está gozando seria matar a instrução secundária, tão florescente nesta capital, e retardar por anos o progresso da província.

Se há uma causa pela qual todos nós sergipanos nos devemos interessar, é esta.

Que estivéssemos estacionários, compreender-se-ia, mas retrogradarmos...!

**Aracaju, 27 de Novembro de 1875**

### **O partido ultramontano**

Não se faz mister profundo exame para compreender-se o mistério do jesuitismo.

Quando mesmo a história antiga não descrevesse os horrores de sua política, bastava o Syllabus para revelar suas intenções.

Qualquer que seja a política militante tem um princípio que se ajusta as ideias dominantes.

O partido conservador, por exemplo, entende que a autoridade deve estar investida de tanta força quanto baste para conter os voos populares; que o povo deve girar em pequena esfera de ação, e que as liberdades públicas devem ser concedidas pausadamente, ou com grandes intervalos de tempo.

O partido liberal já não pensa assim; entende que as teorias conservadoras acanham o progresso e retardam a civilização dos povos, e pretende restringir o princípio da autoridade, dando tanta liberdade ao povo, quanta baste para conter o governo nas raias de suas atribuições legais.

O partido republicano vai mais além, reconhece o povo como o único soberano das nações, não admite a alienação da soberania nacional, e por isso a não divide. Seu governo só exerce funções de um simples procurador do povo, e disto resulta a morte dos privilégios residentes naqueles que monopoliza o governo das heranças e das perpetuidades.

Pelo que se vê, estes três partidos são claros e positivos, e cada um deles tem sua política precisamente descriminada.

A boa fé, e uma convicção profunda os arrasta ao fim que almejam, e todos são francos quando doutrinam, e fiéis quando desempenham sua política.

O que, porém, pretende o ultramontanismo?

Ninguém o sabe, porque ele o não diz; mas todos o sabem ao mesmo tempo, porque seus crimes estão gravados nas páginas da história.

O partido ultramontano não quer as liberdades restritas como querem os conservadores, menos ainda como pretendem os liberais, e sobre tudo como exigem os republicanos; nada disto pretende este partido, porque suas vistas estão gravadas nos séculos da barbaria.

O partido ultramontano quer o reinado das trevas, quer o cortejo do crime, quer ensanguentar o mundo.

Suas doutrinas são tão horrendas que não ousa patenteá-las ao público; acoberta-se ele com a Majestade Divina para falar ao coração do povo rude.

Estes monstros da humanidade, estes roupetas do inferno são tão maliciosos, que nem a Deus, e nem seu Unigênito Filho respeitam: em nome Deles mentem, caluniam e assassinam sem o menor escrúpulo.

Os partidos seculares são francos, querem a liberdade e o progresso como mais ou menos lentidão, querem o engrandecimento do povo, e a paz das nações; mas o ultramontanismo, pelo contrário, quer retrogradar aos tempos de suas maldades, quer a servidão dos homens, os horrores da morte, o sofrimento do martírio, a vergonha da desonra e o rebaixamento do homem.

Lance-se as vistas para os jornais que representam a política secular, e se verá que eles sustentam um princípio proveitoso sujeito a crítica dos adversários; e com aquela franqueza lhes é própria, procuram fazer prosélitos, não acontecendo outro tanto com o ultramontanismo, que calando os interesses mundanos finge procurar para Deus aquilo que é de seu peculiar interesse.

Compara-se as doutrinas dos padres jesuítas com as que Cristo pregou ao mundo, que se encontrará o mais perfeito contraste.

Cristo pregou a humildade, e fez dela a primeira das virtudes, mas eles exercem a arrogância como a primeira das condições de sua existência política; pregou a liberdade, e eles a servidão; pregou a igualdade, e eles a desunião da espécie humana; pregou a fraternidade, e eles o ódio entre os homens.

É absolutamente impossível que o jesuitismo possa conseguir seus fins no presente século das luzes, porque o povo já não se deixa levar por esses homens desmoralizados e corruptos, e porque suas iniquidades estão patentes a todos.

Os mercadores do Templo já nenhuma confiança inspiram ao público; suas roupetas inspiram horror, e suas palavras produzem desconfianças.

A Maçonaria, que vigia seus passos, não dorme: ela não investe contra o seu formidável inimigo, porém está a postos para não consentir que instaure sua política e restabeleça a fatal influência de outrora.

Temos fé em Deus, que os jesuítas não ultrapassarão um ceitel do marco traçado para contê-los fora da jurisdição civil. A humanidade inteira levantou-se como um só homem, chamou-os ao tribunal, lavrou-lhes a sentença de morte, e para sempre ficarão condenados.

É a sorte que cabe aos monstros.

**A Fraternidade – Ano I – Nº 8**  
**Aracaju, 5 de Dezembro de 1875**

**Jesus Cristo e a Maçonaria**

Entendem alguns, que nossa dedicação ao maçonismo nos leva a exageração de tudo quanto pode concorrer para o exaltamento da Maçonaria.

A proposição proferida acerca do maçonismo de Cristo, dos apóstolos e das personagens da Bíblia lhes parece um ideal de pura imaginação, ou uma boa vontade de nossa parte.

Sentimos não poder adquirir o histórico da vida de Jesus Cristo por um essênio que fora seu contemporâneo, mas não obstante esta falta sensível, outros testemunhos históricos existem, que provam exuberantemente o maçonismo de Jesus Cristo.

Ponhamos de parte a história, venha em nosso auxílio a razão e o raciocínio.

O que veio fazer Jesus Cristo neste mundo?

Veria comer, beber, bailar, intrigar e caluniar o próximo como nós fazemos, ou teria vindo para alguma alta missão da divindade?

Se Jesus Cristo, essência divina e perfeição, não podia proceder como nós, que somos impuros e cheios de malícia, nenhuma dúvida se pode dar que veio exercer uma comissão do Céu, santa e três vezes pura.

O mundo era todo malicioso e cruel, os homens deixaram a Jeová por Balaã, a moral pelo vício, a virtude pelo crime; mas Jesus Cristo veio esmagar Balaã, o vício, o crime e o erro, veio dar uma nova lei aos homens; e assim como qualquer empresa precisa de profissionais para ser estabelecida, não seria com o concurso de homens corruptos que Jesus Cristo havia de fundar uma religião Santa. Isto é incontestável, passemos adiante.

Ao tempo de Cristo existia uma sociedade, em a qual estiveram David, Salomão, e outros da tribo de Judá, e da casa régia de Jerusalém, de que Jesus Cristo procede.

Salomão, o maior de todos os homens em sabedoria, reformou essa sociedade, a qual era puramente religiosa e humanitária: era a melhor de todas que existiam no Egito, Grécia, Roma e Judeia.

Ora, quem não sabe que Sócrates e Platão no paganismo foram predecessores de Jesus Cristo, e que na religião dos Hebreus Salomão excedeu aqueles, e preparara o mundo para receber Jesus Cristo?

Se os mistérios Essênios foram dignos de Salomão, reformados estes por esse sábio e inspirado de Deus, ficaram dignos de Jesus Cristo, logo o caminho, pelo qual Jesus Cristo havia de transitar, foi a Maçonaria Essênia, por ser o conjunto de homens religiosos, que adoravam a Deus devidamente, e por ser a única sociedade que defendia os direitos da humanidade.

Com o concurso dos Essênios, pois, foi que Jesus Cristo fundou o

Cristianismo, os Essênios foram os primeiros Cristãos, e o Cristianismo não é nem mais nem menos do que o conjunto de princípios religiosos e morais da seita Esseniana com as novas doutrinas que Jesus Cristo lhe adicionou.

Já por mais de uma vez dissemos, que se deram duas grandes revelações dos segredos maçônicos, a primeira em virtude da ordens de Deus transmitidas a Moisés, e a segunda feita pelo próprio Deus na pessoa de seu filho Jesus Cristo.

Moisés tudo quanto escrevia veio dos mistérios de leis, a sabedoria de Moisés foi adquirida naqueles mistérios, os iniciados tinham essa ciência, mas fora deles tudo era trevas, e foi para tirar o povo desse espesso véu de erros, que Deus mandou fazer tão importante revelação.

A época de Jesus Cristo era de reformas, e portanto a segunda revelação devia ter lugar, como efetivamente o teve; e foi em consequência dela que os mistérios Essênios ficaram transformados em mistérios do Cristianismo.

Conta a história, que José vivia respeitado no Egito, que fora casado com a filha do venerável da ordem maçônica, e que esta importância lhe veio da maçonaria, ao passo que os outros patriarcas irmãos de José viveram desprezados por não serem maçons naquela época.

Abraão, Isaac e Jacó foram iniciados no Egito, nos antigos mistérios de Rá, Daniel e seus companheiros presos em Babilônia pertenciam aos mistérios Essênios. O imperador Constantino, de quem tanto falam os ultramontanos, foi expulso dos mistérios de Mênfis, e depois iniciado nos mistérios cristãos, em Roma, que atualmente seguimos, e o Papa Honório 2º foi quem deu as insignias dos Rosa-Cruz.

Os primeiros Cristãos tinham por emblemas o cordeiro, a lira, a serpente, a cruz, a rosa, o pelicano e a águia, emblemas estes que representam o sol, a harmonia, os Combates, a imortalidade, o segredo, a caridade e a sabedoria, e estes mesmos emblemas estão na maçonaria até hoje.

Se os ultramontanos quisessem se dar ao trabalho de mudar de leitura, isto é, se deixassem de parte, por alguns instantes, a leitura do syllabus, das máximas jesuítas, e de outros livros mentirosos dos escritores de sua grei, para lerem os livros que representam o Cristianismo puro, e a maçonaria; se esses homens fossem sinceros e justos, por Deus, nenhum continuaria a ser ultramontano, sob pena de ser tido como perverso, e inimigo de Deus e da humanidade.

**A Fraternidade – Ano I – Nº 9**  
**Aracaju, 11 de Dezembro de 1875**

**A maçonaria e a civilização.**

Desafiamos os sábios e os literatos para nos contestarem a seguinte proposição: antes dos Magos não existiu civilização alguma.

Anterior a época dos Magos existiu um ou outro homem, que cultivou as ciências e as artes; porém não há notícia de haver existido qualquer associação que se incumbisse de propagar seus conhecimentos pelo gênero humano.

O homem que não se associa a outros para propagar seus conhecimentos, é inútil; é semelhante ao usurário, cujo dinheiro não aproveita as urgências da vida do próprio que o aferrolha.

A existência de alguns sábios circunscritos a sua individualidade, é como se não houvesse existido; e por tanto, a civilização que se transmitiu a todas as gerações, e a todos os séculos, saiu da associação dos Magos.

A primeira constituição que veio ao mundo para o regime dos homens no seu puro estado social, foi confeccionada pelos Magos, e limitou-se a sete artigos assim concebidos:

Não há mais que um Deus que coordenou dois princípios para conservação e perpetuidade do Universo, a luz e as trevas, fonte da vida e causa da morte.

Todos os homens sem distinção são filhos e criaturas de Deus; por consequência todos são irmãos; deste princípio nasce o amor do próximo, laço de toda a sociedade civil, e que se explica em não fazendo aos outros o que se não deseja para si próprio.

Os homens elevados a condições e graus superiores aos outros, nunca devem considerar-se como saídos do círculo da igualdade natural, estabelecida por Deus mesmo.

O dogma tem três graus ou Ordens: 1º, o de Crente; 2º, o de Eleito; 3º, o de Perfeito.

Estas Ordens são conferidas pelos Magos Superiores e respectivos.

A iniciação aos mistérios será precedida pela purificação dos quatro elementos; a admissão só terá lugar depois que os Magos estiverem certos da moralidade do candidato e seus progressos nas ciências.

Os graus se distinguem entre si por um sinal, um toque, e uma palavra.

A instrução dos neófitos pertence aos Magos das Ordens relativas: esta se exerce sobre a física, a geometria, e a astronomia, como ciências as mais úteis a humanidade.

Ficam consignados os sete artigos da primeira constituição que veio ao mundo.

Não precisa-se de profunda meditação para conhecer-se, que desta constituição procedeu toda a civilização, e que a Maçonaria, fundada pelos Magos, foi mais universal de todas as ciências.

Diz a história antiga, que Babilônia fora fundada no local onde outrora existiu a torre de Babel, e que próximo dela, no vale de seunaar, fundaram-se outras cidades.

Ninrode, que fora o fundador de Babilônia, Araque, Arade e Calane, que fundaram as outras cidades, foram os invetaram a monarquia entre os filhos dos homens, e com ela a política.

Imagine-se o que vinha a ser essa monarquia, e essa política fundadas no lugar da confusão das línguas, nesse lugar, sim, onde os homens exerceram a maior de todas as audácias.

A monarquia queria dizer: uma associação de homens, dos quais um era senhor cruel e desumano, e os outros desgraçados escravos, sujeitos ao capricho do déspota.

A política nascida nessa terra de confusão, não significava ardileza, como presentemente, porém era um nome quase sem significação positiva, mas que estava adstrito a vontade do único déspota da humanidade.

Esses governos, e essa política, não se regiam por uma lei escrita, e nem ao menos por um homem de coração brando, regiam-se pelo furor do tigre que governava a triste humanidade.

Os Magos, fundadores daqueles sete artigos constitucionais, cheios de perseverança, e inspirados por Deus no desejo de salvarem a humanidade, transmitiram aqueles preceitos científicos e constitucionais a seus discípulos; e como conselheiros dos reis foram pouco a pouco infiltrando no espírito deles aquelas doutrinas salutareis, até que tornaram conhecida a nova ciência de dirigir os povos.

Não se pode contestar, que as ciências e artes, a política, a diplomacia, e tudo o mais que dirige as nações, saíram da Maçonaria, e que se ela não existisse, quem sabe se os homens não teriam excedido as feras:

Se não foi a Maçonaria dos Magos que conteve as ruínas dos povos, anterior a Cristo, digam os sábios qual foi o braço hercúleo que a conteve, e quem

civilizou a humanidade?

Para confundir os inimigos da Maçonaria bastaria que Deus os pusesse em estado de êxtase, e lhes apresentasse ante a vista a ferocidade das eras primitivas; e no meio de todo esse quadro de horrores aqueles venerandos Magos cheios de docilidade, sacrificando todos os cômodos da vida, e com os olhos fitos em Deus e na consciência, levando o pão da vida espiritual a cada um de seus semelhantes que estava no caso de o receber.

**A Fraternidade – Ano I – Nº 10**  
**Aracaju, 22 de Dezembro de 1875**

### **A suspensão dos Interditos**

A nossa história política não registra do governo civil deste país um ato de tanta baixeza quanto esse decreto que anistiou o energúmeno (não lhe podemos dar outro nome) prisioneiro da ilha das *Serpentes* e o seu trêfego colega, bispo de Olinda. Não contentes de injuriarem cada dia o poder civil nas pessoas de seus mais altos representantes, que faziam os bispos em suas cômodas prisões? Reincidiam constantemente nos crimes por que haviam sido condenados, e seu esforço ou desforço era sublevar cada vez mais as dioceses. Dir-se-ia que eles sabiam que a liberdade seria o prêmio de sua contumácia, e de antemão contavam com a fraqueza do governo do Imperador.

Coisa singular! Estava reservado que desse conflito ambos os combatentes saíam enfraquecidos e desmoralizados, como para provar mais uma vez que essa aliança entre a Igreja e o Estado não é menos fatal a uma do que a outra.

Se a anistia foi a rendição do Estado e o aviltamento do poder civil, a suspensão dos interditos lançados sobre a Maçonaria brasileira, resposta aparentemente generosa que lhe deu o papa, é um dos atos mais ridículos que tenham partido do Vaticano.

Queremos discutir a questão no terreno em que a colocaram os ultramontanos. Nós dizíamos que a Maçonaria foi o pretexto para um ensaio de execução do *Syllabus* e que os próprios bispos não acreditavam que ela fosse uma sociedade antirreligiosa. Mas os clericais respondiam que não, que seus anátemas

caiam direta e exclusivamente sobre os membros de uma associação ímpia e perversa. Uma vez lançados nesse caminho, adivinha-se o que tenham eles podido dizer, e como o velho inferno com suas penas eternas vinha a cada instante condimentar a eloquência dos pios vigários do Cristo. Quem já se esqueceu da famosa pastoral do *grande Atanásio* do Pará, em que, pretendendo-se possuir um conhecimento exato da Maçonaria, era ela estudada em cada um de seus graus, para fazer-se de cada um deles o motivo de uma calúnia?

A falar a verdade, nem mesmo o mérito da originalidade tinham esses libelos episcopais, os quais não passavam de edições em português da brochura do Monsenhor Dupanloup *Estudo sobre a Franco Maçonaria*.

Que negros crimes não se lhe imputavam! Como se lhe atribuíam os maiores flagelos que têm perseguido os homens!

As vezes se lhes concedia por conveniência da argumentação, e também por que *era uma verdade*, que quando mesmo a Maçonaria em outras épocas não tivesse tido fins meramente humanitários, outros não os tinha no Brasil, onde vivemos em um regime liberal e não têm razão de ser as sociedades secretas com programas políticos.

Mas os mansos ministros do cordeiro do Senhor são cegos daquela espécie de que falou o salmista: tem olhos e não querem ver.

Parecia, por isso, impossível que os dois poderes, civil e eclesiásticos, chegassem a um acordo, e não se via na legislação do país o meio de se obter uma solução. Realmente, se os bispos consideravam o conflito uma questão de consciência, como se lhes pedir que suspendessem os interditos e, da noite para o dia, inocentassem os rebeldes maçons, os ateus contra os quais haviam lançado todos os anátemas?

Mas todas as dificuldades deviam desaparecer nas razões de consciência; deviam mais uma vez ser as únicas que tivessem entrada na corte de Roma. Contava-se com o povo brasileiro inteiramente fanatizado, mas não o acharam e viram que o conflito bem podia trazer a separação da Igreja e do Estado. Tanto bastou para os maçons serem considerados excelentes cristãos, e os interditos foram suspensos.

Dizemos mal, não bastou isso. Roma exigiu a anistia, e aproveitando-se habilmente da fraqueza do governo, fê-lo primeiro passar pelas forças caudinas, para que não parecesse ser ela quem cedia.

Mas o que valem, depois disso, as excomunhões de Roma?

**A Fraternidade – Ano I – Nº 11**  
**Aracaju, 23 de Janeiro de 1876**

A instituição maçônica não é uma invenção humana, é pelo contrário uma inspiração divina, porque só esta resiste aos séculos séculos, e aos desmandos dos homens.

A mão do homem é impotente e fraca, e tudo dela que dela procede é um montão de erros, que luta consigo mesmo e se destrói.

O passado, que encerra em se dias sem conta, se levanta da sombra dos tempos para atestar esta verdade.

Milhares de sociedades hão nascido, outras tantas as vão substituindo; umas com longa duração, e outras com apenas limitado tempo, mas tanto umas como outras se dissolvem, não deixando após si o rastilho de sua existência.

Mas a Maçonaria, que foi coeva de Abraão, que se identificou com Moisés, e se divinizou com Jesus Cristo: a Maçonaria que zombou de todos os tiranos do mundo e chegou até nossos dias, não é, e nem podia ser uma instituição humana; a força misteriosa que a conduziu por esses vai e vens da sorte, e lhe cingiu tantas coroas de triunfos, demonstraram a sua origem do céu.

Quando se trata de uma questão de princípios, e se busca a verdade histórica, os preconceitos e os caprichos ficam de parte, e só assim se pode chegar ao fim almejado.

Há um elemento benéfico que nos conduz para o bem, e um espírito mau que nos arrasto ao mal, este predominando no mundo o levaria a perdição total, se a Maçonaria, reservada por Deus para ser o farol luminoso, não viesse encaminhar o gênero humano pelo trilho da verdade.

A Maçonaria se perde nas noites dos tempos, a sua origem se diz estar presa a do mundo, a própria história antiga ainda não lhe descobriu o berço, apenas encontrou os seus vestígios ainda lentos nos tempos de Abraão, Isaac e Jacó; mas desta época para cá, que tão notável se tem tornado, se descobre a divindade de sua origem.

A história nos fala de tantos homens ilustres, e de outros tantos malvados: procurai-os no seio da Maçonaria, e fora dela, e virá o desengano aos incrédulos.

Sócrates e Platão, Pitágoras e Cícero, assim como tantos outros mestres da ciência, foram maçons: enquanto estes homens honravam as colunas maçônicas, e espalhavam pelo gênero humano a moral, a verdade e a sabedoria, os Neros, os Calígulas, e outros tantos malvados, que nunca pertenceram a Maçonaria, brutalizavam os homens, e estragavam toda ideia que os nobilita.

Enquanto a Maçonaria esteve circunscrita a um limitado número de adeptos; enquanto a sua ciência e sua moral não se estendeu pela maioria dos homens das trevas, os crimes e os vícios ocuparam os primeiros lugares, e devastaram o mundo; porém, apenas os Templos Maçônicos se viram peçados de irmãos, imperou a sabedoria, a verdade esmagou o erro, a moral triunfou do vício, o despotismo caiu e a liberdade subiu.

A civilização moderna é exclusivamente filha da Maçonaria; e se a verdade, a moral, a liberdade, o amor fraternal, a igualdade dos homens, e a ciência que os eleva a perfeição, são filhas de um Deus Onipotente; e se a Maçonaria se incumbiu só e só desta gloriosa tarefa, é certo e incontestável, que ela é a mediadora celeste que se encarregou de conduzir os homens pelo caminho que Deus nos preparou.

O homem maçom tem consciência de si, e estremece perante a ideia do juízo final; mas o jesuitismo, que vive do mal, sabe que será responsabilizado perante Deus por suas iniquidades.

Quem não viu, durante a luta religiosa, o furor satânico dos jesuítas quando reunidos em concílio? Urdiam tremendos planos contra a Maçonaria, mas esta, tranquila e repousada nos braços de Deus, dormia o sono da inocência; e sem temer coisa alguma, por que sabe que Deus confunde os ímpios, viu a final o esplêndido triunfo de sua causa.

Assim o será por todos os séculos vindouros.

**A Fraternidade – Ano I – Nº 12**  
**Aracaju, 3 de fevereiro de 1876**

### **A Maçonaria e os jesuítas.**

Aquilo que Deus faz não pode o homem destruir.

A maçonaria, obra saída das mãos do Onipotente, há de infalivelmente triunfar da falsa sabedoria dos jesuítas.

Que a maçonaria é uma instituição inspirada por Deus aos homens, o prova tudo que nela se encerra, e tudo quanto ela faz.

O jesuitismo, sim, é uma ordem inspirada por Satanás; é o demônio do mundo, que gera o mal.

Presa a origem do mundo, a instituição maçônica ainda não se lembrou um só dia de perturbar a ordem social, não pôs embaraços a política dos governos, e não produziu, nem sequer, um mal individual; sua missão é outra, pura e santa, como é puro e santo o que a inspirou.

Mas o jesuitismo, que recebe inspirações do inferno só há legado males sem conta, e só cogita nos meios de fazer a desgraça da humanidade.

O testemunho histórico refere horrores perpetrados pelos jesuítas contra o gênero humano. Rios de sangue há corridos a jorros, milhares de homens inocentes hão caído aos pés dos filhos de Loyola, milhões de donzelas foram desumanamente forçadas, e caíram na prostituição, a verdade evangélica foi vedada aos homens, uma doutrina imoral lhes foi ensinada, Jesus Cristo, de manso e pacífico que é, passou a ser figurado como vingativo e cruel, a misericórdia de Deus foi transformada na cólera de Júpiter, S. Pedro e S. Paulo passaram a ser hereges, a ambição, e o amor as riquezas suplantaram a liberdade dos Apóstolos, e finalmente, uma ciência desconhecida imperou no mundo, abalando seus fundamentos!!!

Deus, que tudo prevê; Deus que sabia desde toda a eternidade, que os filhos de Loyola haviam de transformar todas as coisas que tinha estabelecido, lhes antepôs a Maçonaria, argo vigilante que guarda e conserva em seu seio, o que de mais precioso havia legado aos homens.

A maçonaria, pois, é a arca santa que conserva os preceitos do céu, é a sentinela do gênero humano, que repele para longe o inimigo do Cristianismo, é a vestal pura que derrama a moral de Cristo por todas as gerações, é a emissária de Deus e a protetora da humanidade.

Os males que atormentara a humanidade saíram dos claustros que encerram os jesuítas; mas dos Templos Maçônicos saíram a ciência e a verdade, que espancaram o erro, e ilustraram as gerações.

Se há liberdade e igualdade entre os homens; se a fraternidade é hoje a alavanca da civilização moderna, e a caridade santifica o homem, a Jesus Cristo se deve este estado feliz, e a Maçonaria cabe o apostolado de tão nobre e santa propaganda.

Enquanto a Maçonaria se sacrifica em prol da humanidade, enquanto os Maçons dividem o óbulo da caridade pelos desvalidos da terra, os jesuítas cogitam no meio de enriquecer, esgotando a bolsa dos incrédulos para ostentarem grandeza aos olhos do vulgo.

Os fatos históricos falam bem alto, e ninguém os pode contestar.

A história nos diz, que os jesuítas perturbaram a política dos governos, violaram a honra das famílias, moveram guerras civis, dominaram os homens pelo terror, exerceram crueldades sem conta, e tudo desvirtuaram no mundo; mas, pelo que respeita a Maçonaria a linguagem é inteiramente diversa: diz que a Maçonaria sofreu esta e aquela perseguição, que os Maçons, uns foram queimados nas ardentes fogueiras da inquisição, outros, metidos em subterrâneos, ali acabaram seus dias, e o resto, exilado entre as feras, destas receberam a hospitalidade denegada pelos jesuítas.

A história não nos refere um só fato criminoso, uma conspiração ou um desforço tomado pelos Maçons, só nos diz, que eles fugiam a todas as perseguições,

confiados em Deus e na justiça de sua causa.

Infeliz, porém, é aquele que não se inspira nas lições do passado para bem compreender o futuro. Deus consente, mas não é para sempre.

Os escândalos são necessários, disse Jesus Cristo, mas ai daqueles por quem o escândalo vêm.

Os jesuítas são os homens do escândalo, mas ai dos jesuítas por quem o escândalo veio, porque já soou no campanário do tempo a hora fatal da sua queda.

O homem não pode perscrutar os desígnios de Deus, e nem entrar na consciência de seus semelhantes; mas, se nos deixamos levar pelas aparências, o reino do céu não tem em si uma milionésima parte dos jesuítas que hão existido; a perversidade que perpetraram foi tanta, que só o inferno lhes pode oferecer comodidade a seus crimes.

### **A Fraternidade – Ano I – Nº 13 Aracaju, 10 de Fevereiro de 1876**

#### **A maçonaria esmagando os erros**

O espírito do homem se eleva quando, compenetrado de si, procura aproximar-se do sublime.

Entre o bem e o mal há uma distância enorme, que eleva ou abate o homem.

Aquele que procura aperfeiçoar a espécie humana, inoculando-lhe no espírito o germe do bem, e inspirando-lhe horror ao crime; aquele que se esforça em prol da humanidade para tirar-lhe o peso de suas misérias, e levá-la ao gozo da felicidade, esse será o gênio do bem, que, em nome de Deus, guia o mundo a sua perfeição.

Se os inimigos da Maçonaria quisessem, por um instante, por de parte o capricho que os cega, e se um novo prisma auxiliasse sua sabedoria, a Maçonaria não seria para eles o monstro horroroso que arrasta os homens a incredulidade das coisas santas, seria pelo contrário a única bem feitora da humanidade.

Os Templos Maçônicos não recebem os ímpios, os ateus e os viciosos, recebem unicamente aqueles que reconhecem a existência de um Deus criador e conservador do Universo, e que, possuindo saber e moral, possam aperfeiçoar-se, e conduzir a sociedade pelo caminho que trilham.

Milhares de sociedades existem no Universo, que funcionam sem cessar, e milhares são os fins que elas procuram obter; mas quais são esses fins?

As sociedades comerciais, que sempre são limitadas no seu pessoal, procuram o interesse pecuniário dos poucos associados até com o prejuízo de terceiro: elas não se importam que gema a humanidade, com tanto que consolidada a

sua sede de ouro.

Partindo-se deste ponto de vista chegaremos a outras tantas sociedades, que dizem respeito a todos os ramos da vida social: são as mesmas reuniões egoísticas que buscam o bem-estar de cada um dos sócios com exclusão do resto da humanidade.

Mas a maçonaria não é assim, e nem lê pela mesma cartilha porque se guiam todas essas sociedades; ela é cosmopolita, porque, para ela não há país que constitua uma pátria e um privilégio para o homem; para a Maçonaria todos os homens de todas as nações tem uma só pátria, que é o mundo.

A maçonaria, por tanto, não é uma associação que amontoe riquezas em favor de seus sócios, pelo contrário, cada um dos membros desta sociedade dizima sua fortuna, e concorre para a formação de um pecúlio, que socorra os infelizes da terra.

Reina no mundo o egoísmo, deste resultou o pauperismo e a degradação do homem; do egoísmo também resultou a desigualdade que fez dos homens verdugos, ou pacientes e sofredores.

Se assim não fosse, e se o mundo não estivesse abalado em seus fundamentos, Jesus Cristo não teria consumado sua existência em prol da triste humanidade.

A origem da maçonaria se perde e se confunde com a própria origem do mundo. Deixemos porém essa remota antiguidade, e partamos da origem em que ela se confundiu com o cristianismo.

Todo aquele que se tem identificado com a história da Maçonaria sabe que existiram na antiguidade muitos mistérios, que com quanto tendessem ao mesmo fim, todavia divergiam dos meios de chegar a ele.

Entre estes mistérios preponderavam os Essênios por serem os mais perfeitos, pois sua sabedoria estava de acordo com os preceitos divinos.

Estes mistérios precederam a vinda de Salomão, que depois de quatro séculos os reformou.

Neles o primeiro de todos os deveres era a adoração a Deus, e o segundo o da fraternidade e caridade para com todos os homens

Foi em virtude disto que os Essênios se deram o tratamento de irmãos, que punham suas fortunas a disposição de todos, e com os olhos fitos no mundo, procuravam, a custa de todos os sacrifícios, resgatar a humanidade das mãos dos déspotas que a oprimiam.

A maçonaria não é uma entidade, cuja existência se acha oculta, seus feitos são tão nobres e grandiosos que o universo inteiro atestará, e as gerações bem dirão os seus benefícios.

A liberdade, igualdade e fraternidade, trindade infernal aos olhos dos déspotas, mas que é benigna para os povos, porque os exaltou na sociedade, são frutos dos esforços da maçonaria.

Enquanto algumas sociedades se esforçavam em busca do ouro, enquanto os governos assolavam o gênero humano com guerras civis, e os potentados ostentavam suas fatuidades, a Maçonaria despedida de todas as vaidades, lamentava o estado degradante da sociedade, suas misérias, e sua total perdição, e assim repassada de sentimentos, através de todos os perigos, levava por toda a parte o bálsamo que um dia teria de curar todas as enfermidades do povo.

A Maçonaria, sociedade filha das inspirações do céu, está abençoada por Deus, e sobre ela não cairão as maldições dos jesuítas. Quanto mais a perseguirem mais ela se multiplicará, quanto mais a amaldiçoarem, mais ela ficará robustecida pela mão do Onipotente, que a guarda e conservará por todos os séculos.

### **A Fraternidade – Ano I – Nº14 Aracaju, 17 de Fevereiro de 1876**

#### **Uma consequência do Ultramontanismo**

Enquanto forem as ideias que governam o mundo, há de ser a religião o que mais influa sobre os homens. Não somente porque ela é a primeira necessidade para o espírito e para o coração, mas porque toda a vida moral a ela está subordinada, é da religião que depende o destino dos indivíduos como o das sociedades, eis porque, dada a religião de um povo, tem-se o principal elemento para conhecer-se seu grau de civilização relativamente aos outros.

Uma religião que consista na letra fria e morta de um dogma, que faça da ignorância uma virtude, que concentre em um homem toda a sua essência, tornando-o senhor absoluto das consciências, só pode produzir homens cadáveres, como os procurava Inácio de Loyola, e sociedades escravas.

É da natureza da ideia religiosa, por pertencer a uma esfera mais elevada que todas as outras, apoderar-se de tal modo do espírito, que na ordem intelectual fazemos dela tudo depender. Daí provém a relação íntima, necessária, entre a política e a religião.

Bossuet procurou tirar uma política da Escritura; ora, como católico que era, interpretando o cristianismo à moda romana, podia ser outro o seu ideal que não o da monarquia absoluta?

Mas para que os papas imperem sobre os reis e os reis sobre os povos, a primeira condição é que estes vivam eternamente embrutecidos. Nem isso repugna ao catolicismo, pelo menos como os ultramontanos o entendem; pode-se dizer mesmo que foi e é essa a sua diferença essencial do protestantismo. Para o protestante, a religião está na Bíblia; antes de tudo, pois, é preciso saber lê-la, e Martinho Lutero era apenas consequente quando inaugurava a instrução popular ao mesmo tempo que esse grande e fecundo movimento que se chamou a Reforma.

Pelo contrário, para o católico a religião consiste em práticas, em sacramentos, na palavra do sacerdote; a leitura da própria Bíblia é considerada pelos escritores ultramontanos um perigo. Como o imperador romano para fazer de seu

irmão um Deus, apunhalava-o, *divus sit dum non cicus*, o ultramontano para conceder ao homem o reino do Céu, o reduz a condição de bruto.

Sem ir buscar em suas causas as provas desta verdade, vejamos os fatos em torno de nós.

Quais são nos dois mundos as nações em que mais se tem difundido a instrução?

As que adotaram o protestantismo.

Quais são os povos que não têm sabido ou podido gozar de instituições liberais e representativas?

São os povos católicos.

Entre as nações católicas, as grandes despesas consagradas pelo Estado para a instrução obrigatória têm sido infrutíferas, diante da oposição do clero.

Na Europa, compare a Alemanha, a Dinamarca, a Suécia, a Inglaterra, com a França, a Itália, a Espanha e Portugal; compare, na América, os Estados Unidos com os países do sul.

Ora, se a instrução é a fonte de todo o progresso, e se o Syllabus, resumindo a doutrina romana, é o grito de guerra contra a ciência, explica-se por esse amor ao obscurantismo o atraso dos países católicos.

«Estou firmemente convencido, escreveu Macaulay, que o Norte deve sobretudo sua grande civilização e sua prosperidade ao efeito moral da reforma protestante, e que deve-se atribuir principalmente ao grande reaparecimento do catolicismo a decadência dos países meridionais da Europa.»

E um escritor contemporâneo, insuspeito porque é católico, o sr. E. Laveleye, escreveu estas palavras:

«A consequência evidente das doutrinas católicas é que o padre será hostil a instrução; ora só a instrução prepara para a prática da liberdade política e favorece a produção da riqueza.»

Aqueles, pois, que no Brasil pedimos a liberdade de cultos, não exigimos unicamente que se não violem os direitos naturais da consciência; exigimos, que, abrindo-se nossos férteis territórios a todos que o procurem, sem fazermos de uma religião que condenou o progresso uma condição para isso, facilitemos a imigração e com ela promovamos o nosso engrandecimento.

Enquanto o Estado fizer do padre um funcionário público, impondo sua autoridade sobre as populações, fanatizando-as, embrutecendo-as, as nossas aspirações de progresso hão de encontrar em um poder estrangeiro, em Roma, uma barreira insuperável.

Afinal de contas, o Brasil não é uma província do papa, e nessa luta contra a civilização, na qual tantas derrotas não o tem desanimado, os brasileiros não queremos ser os soldados do papado.

A igreja livre no Estado livre, este deve ser o nosso primeiro empenho.

## **A Fraternidade – Ano I – Nº 15**

**Aracaju, 24 de Fevereiro de 1876**

### **Batalhemos e venceremos**

Da desordem que tem produzido a intolerância há de necessariamente brotar a ordem.

Sobre as devastações que fizeram os archotes dos familiares do *Santo Ofício* novas edificações hão de surgir.

E a felicidade moral do homem há de ter assento definitivo em todos os lares, acompanhada do salutaríssimo cortejo da harmonia, ilustração e paz.

Aos muitos prazeres e violentos golpes da desgraça sucedem naturalmente épocas de ventura; as calamidades que têm flagelado profunda e dolorosamente a consciência dos povos seguir-se-ão indiscutivelmente as auroras felizes precursoras da liberdade de tão ousado quanto monstruoso jugo.

Aguardemos o futuro, perseverando nas normas e preceitos da sublime instituição que estende sobre nós a bandeira protetora, trabalhando animados pelo fogo sagrado de nossas crenças, e com a fé inabalável de verdadeiros maçons tratemos de solidificar as bases sobre que tem de ser assentada a coluna triunfal da humanidade.

Para esse trabalho, que bem se pode dizer – titânico, só as forças soberanas da maçonaria, que não são outras senão – a ilustração, a moralidade e a beneficência.

Diante dessa trindade que tem o solene respeito da história, dessas três potências que têm em si concentrados muitos raios da luz infinita, que Deus, em sua insondável sabedoria, derramou sobre os orbes – tudo cederá.

O céu será esplêndido e radiará maravilhoso ante as investigações dos trabalhadores do futuro, e se espinhos brotarem a cada passo na longa estrada – o que vencerão aquelas três forças empregadas como a perseverança de verdadeiros maçons?

Essa portentosa regeneração social de que a maçonaria tomou a competência, ou por outra – que é o fim especial da maçonaria como representante da humanidade e da civilização, não será realizada subitamente, porque, sendo essa instituição toda pacífica e caridosa, almeja um triunfo real e permanente, empregando a arma incruenta da razão filosófica para alcançá-lo, falando o poderoso verbo da verdade para cimentá-lo.

As grandes obras regeneradoras só assim se poderão realizar, e aí do infeliz que desconhecer tão real engrandecimento ou tiver a consciência sufocada pelas peãs de doutrinas arguciosas e se deixe levar automato por insinuações que são vivos sacrilégios contra a onipotência divina!

## **A Fraternidade – Ano I – Nº 16**

**Aracaju, 2 de Março de 1876**

Quando o espírito reto e justiceiro perscruta as causas e razões da luta, que ainda continua entre o clero e a maçonaria, do ódio mesmo com que aquele trata de desacreditá-la perante os que não podem, nem sabem reconhecer os seus fins, e tudo isto depois do triunfo que ela acaba de ganhar na magna questão religiosa; quando analisa o modo de proceder de uns e outros, e julga no foro íntimo da consciência, que entre ambos há homens que não compenetraram-se dos deveres que lhe são impostos pelas leis divinas e sociais, assim como encontram-se muitos que são bons filhos, bons pais de família, bons cidadãos, bons esposos e cumpridores dos deveres religiosos, não pode deixar de convencer-se, de que a intolerância e a má-fé, a perseguição e as injustiças estão da parte do clero, que acobertando intenções reservadas e sua política religiosa com a sustentação dos princípios dogmáticos procuram fazer crer, que o maçom é excomungado e está fora da graça de Deus, porque não crê em sua religião.

E não dói a consciência dos ministros do Deus vivo, que tão injustamente tratam aqueles dos quais são irmãos, e com os quais devem viver em perfeita paz e amizade!!

Suponha-se mesmo que os maçons tenham uma religião diferente, ou que entendam os Evangelhos por um modo diverso.

Quem não vê da leitura dos mesmos Evangelhos que Jesus Cristo, o Ungido do Senhor, nunca fez questão de religião, mas de doutrina, nunca reparou para a capa que distinguia o publicano do levita, mas somente para a pureza do coração, revelada na prática de qualquer virtude?

Como compreender-se, que aquele, que obrigou os juízes a confessarem que mais próximo ao reino de Deus estava o Samaritano que socorreu a seu irmão caído na estrada; que disse em outra ocasião que não entraria no reino de Deus senão aquele que fosse batizado em espírito, que finalmente encarnou para redimir não uma fração do gênero humano, mas a humanidade inteira, fizesse questão por essa ou por aquela religião, separando para uns o reino de Deus?

A conclusão, que queremos tirar destas palavras, não é que o Cristianismo não seja a religião em essência a mais pura e a mais sublime que há no globo; confessamos a sua supremacia já pela santidade de sua moral, e já pela gravidade de seu culto.

O que queremos sustentar é que, convencidos, como estão, os ministros do Crucificado que Ele veio estabelecer a paz entre os homens assegurando-lhes uma vida feliz desde que amassem-se reciprocamente, prometendo-lhes a eternidade no seio de seu Pai; certos, como estão eles, que o seu Divino Mestre semeou os princípios da liberdade social, a igualdade de direitos, e em uma palavra os deveres do homem para com Deus e seus semelhantes, queiram esquecer todos estes princípios, capazes de formar filhos respeitosos a seus pais, irmãos amantes de seus irmãos,

cidadãos dedicados a causa da justiça, e prontos a sustentarem os seus direitos contra a violação, buscando escravizar a consciência com o terror de suas doutrinas.

Quão admiráveis são esses sacerdotes que, possuídos do amor do próximo e abrasados no do Deus Vivo, Criador e Regenerador, educam seus irmãos pela brandura, e procuram infiltrar-lhes na alma não as vinganças do mesmo Deus, mas um amor fundado no reconhecimento dos benefícios, cotidianamente recebidos!

Quão dignos de imitação são aqueles, que compenetraram-se de que não é pelo envilecimento dos sentimentos, mas pela elevação digna deles que o homem pode compreender e sustentar os seus deveres religiosos, familiares e civis!

Despoje-se pois a igreja do despeito e do erro, vista-se com as cândidas vestes da verdade e da confraternização, reconheça e proclame publicamente, assim como o sabe em consciência, que a maçonaria não se move por interesse e que propugna somente em favor das verdades que podem formar o bem estar da sociedade humana, tenha a franqueza de concordar em que os maçons nenhuma razão tem para fazer questão deste ou daquele princípio religioso, porque não vivem desta ou daquela religião, e seguem somente aquela em que foram educados e que herdaram de seus pais, confessem, dizemos ainda, que os maçons querem ver enraizados no coração e na razão os princípios capazes de criar o verdadeiro, puro e santo amor a Deus, a dedicação a seus irmãos, a adesão a pátria, a tolerância, e a abnegação as vaidades, e ver-se-á a igreja e a maçonaria fazendo harmonia e estreitando-se em doces laços, que só se partirão quando Deus não precisar mais do culto verdadeiro que se lhe deve, e a sociedade humana da coadjuvação recíproca, necessária a sua conservação.

Continuem porém os mercadores do templo, que fazem da religião uma especulação para seivarem a sua ambição, no caminho da perseguição a maçonaria, na esperança de um poder efêmero (não falamos geralmente, porque conhecemos muitos sacerdotes dignos de todo respeito); levantem, se puderem, a força e a fogueira, que importa?

A maçonaria, que não se desvanece pelo sórdido interesse do ouro, que não procura na sociedade um lugar distinto, senão pelos princípios que planta e defende, lançará por terra a fogueira e a força, motejará da sua impotência, e pura como a donzela, se envolverá, é verdade, no lodo das revoluções, mas não será manchada por ele.

## **A Fraternidade – Ano I – Nº 18**

**Aracaju, 16 de Março de 1876**

Aproxima-se o dia da posse da nova administração maçônica.

As lojas Cotinguiba e Segredo e Amizade vão entrar em numa nova fase de existência, vão prosseguir em seus trabalhos humanitários.

É preciso que as novas administrações destas oficinas se compenetrem bem de sua gloriosa missão, e que, cada maçom em particular se esforce pelo progresso moral e material de sua respectiva casa, e pelo bem estar de todos.

A maçonaria não é uma instituição humana, porque o homem não tem a precisa sabedoria para montar uma sociedade tão bem combinada como ela se acha; ela é uma instituição divina, porque só Deus podia fazer uma sociedade capaz de resistir aos séculos e as vicissitudes dos tempos.

Dirão alguns: por ventura Deus desceu das alturas e veio colocar-se na terra, e confundido com os homens organizou a maçonaria? Lhes diremos que não, porque não precisava que o Ser Onipotente assim procedesse para fazer qualquer coisa entre os homens.

Mas, perguntaremos, quem ensinou os primeiros homens a fundir os metais, e a fazerem obras primorosas da arte; quem deu a ciência aos sábios? Foi a visão de Deus, foi o sopro de sua sabedoria,

Ora, sendo a Maçonaria uma instituição reservada para manter em seu seio tão somente os preceitos morais que Deus gravou no ser humano, e a sabedoria que lhe imprimiu na alma; sendo ela a que tinha de amparar o gênero humano dos golpes da perversidade, e da tirania dos déspotas, para que estes não conseguissem destruir o que Deus havia formado, o próprio Deus ilustrou os fundadores da maçonaria, revestiu-os de um poder divino, e por tal forma que, fundaram uma sociedade tão sábia, que há conseguido atravessar os séculos, sabendo lidar com todas as gerações, e com todos os usos e costumes.

A tarefa que coube ao maçom é gloriosa; ele, em nome de Deus resgata o homem da servidão, e lhe dá a liberdade.

Foi a maçonaria que tirou o mundo do erro, que arrancou o homem da servidão, lhe ensinou os preceitos da fraternidade, mostrou-lhe os direitos da igualdade, ensinou a adorar o verdadeiro Deus; que deitou por terra os falsos ídolos de adoração, e abateu os tronos dos tiranos.

Sim, foi a maçonaria que nos ensinou a aborrecer os déspotas, a amar os bons governos, a apreciar a virtude e desprezar os vícios.

O maçom é o benfeitor da humanidade, é o emissário de Deus, é o gênio do bem, é o Anjo tutelar dos homens.

Afrouxar no cumprimento de um dever sagrado é um crime, e dormir enquanto o jesuíta maquina é uma falta horrível.

Se um dia o jesuíta vencer por nossa incúria, por nosso desleixo e desunião, a humanidade, olhando para as algemas que lhe apertam o pulso, terá o direito de dizer no transporte de sua dor: Oh! Onde está a Maçonaria que não me liberta desta cruel servidão?

Não foi ela que, guiada por Moisés, afogou Faraó no rio vermelho? Não foi ela que libertou os hebreus da servidão do Egito? Ela que venceu em Babilônia, que derrotou os tiranos de Roma, que na Grécia deificou a liberdade? Ela que extinguiu a inquisição, derrotou o feudalismo e deu a liberdade ao mundo, agora consente que os filhos de Loiola nos apertem os pulsos!!!

Pois bem, dirá a humanidade oprimida: já que a Maçonaria não cuida mais da sua gloriosa tarefa, levanto os olhos ao céu, e direi: Senhor, tende piedade da triste humanidade que geme. A Maçonaria abandonou-nos; os maçons preferem os jogos, os bailes, e todas as orgias do mundo aos santificados trabalhos de suas oficinas; eles

estão esquecidos de seus deveres, e o inimigo aproveitando a ociosidade deles nos reduziu a servos!!!

E sem dúvida, Deus não mais nos revestirá daquela potência, que nos tem feito triunfar de tantas perseguições.

Não se iludam aqueles que defendem as liberdades públicas: o jesuitismo forja cadeias e grilhões para manietar-nos.

Essa capitulação que existe, essa paz que se ostenta e essa humildade que aparece nos homens de asas negras, são os laços de hipocrisia, que mais cedo ou mais tarde produzirão os horrores de uma luta de nova espécie.

O jesuíta não dorme, conspira; o jesuíta, gênio do mal, e emissário do inferno, maquina contra o gênero humano.

A maçonaria que marcha na vanguarda da civilização dos povos, que há quebrado as cadeias do despotismo, e tem arcado contra os filhos de Loiola, deve preparar-se para a luta que se projeta.

A cúria romana assanhou os bispos do Brasil contra os povos, aconselhou a desobediência as leis e ao Soberano, mandou expelir da casa de Deus os maçons; e porque o governo sustentou suas prerrogativas, e o povo resistiu as ousadas pretensões dos jesuítas, eis que ela retrocede do caminho, censura os bispos por desobedecerem as leis e ao Soberano, suspende os interditos, santifica os maçons, e finge desconhecer todos os pormenores da luta transata.

Se a cúria romana de hoje fosse a dos tempos primitivos; se nela existisse os usos e costumes do humilde pescador que a fundou; se a pobreza, a humildade e a benevolência presidissem a todos os negócios da religião, então, sim, maldito fosse aquele que não desse crédito as palavras dos ministros do Senhor.

Se assim fosse, acreditaria de boa vontade nisso que se parece com paz, ou arrependimento.

Mas, sendo a cúria romana o palácio do fausto e da grandeza; pretendendo ela, além do domínio das coisas do céu, o dos negócios profanos; sendo além disso a cruel inimiga das liberdades, e a que desune os povos para embrutecê-los pelo terror das penas eternas, ninguém, a não ser um parvo, pode acreditar no que se está vendo atualmente.

O jesuíta conspira, e novos planos urde para outra luta, e portanto, deve a maçonaria estar a postos, não para agredir, porém para defender-se convenientemente.

Mas, porventura, pensarão os jesuítas que sua causa triunfará na época em que vivemos?

Não, os povos já conhecem os seus direitos políticos, já sabem apreciar o gozo de sua liberdade, e compreendem perfeitamente, que o zelo religioso de figuram ter, não passa de um ardil diabólico que os levará as fogueiras da inquisição.

A teocracia foi condenada no tribunal da opinião pública, e não mais julgará os homens como nos séculos passados.

Se o jesuíta fosse suscetível de emenda, se ele quisesse restabelecer os créditos perdidos, talvez um dia pudesse ser tido como ministro do Senhor; enquanto, porém, isto não fizer, outra denominação lhe não pode caber, senão a de ministros das trevas, e apóstolos do erro.

## **A Fraternidade – Ano I – Nº 19**

**Aracaju, 23 de Março de 1876**

### **A liberdade religiosa**

Buscando-nos pretexto para da luta que era preciso travar nesta parte da América contra a civilização, contra a liberdade, contra esse espírito de progresso que é, por assim dizermos, o princípio vital das sociedades modernas, dirigindo contra a Maçonaria suas setas mais aguçadas, - talvez devêssemos dizer mais envenenadas, - o partido dos clericais, dos ultramontanos, dos obscurantistas, dos jesuítas, enfim, fez com que em nós se personificasse o grande e fecundo princípio da liberdade de consciência ou da liberdade religiosa.

Ora, quem atentar para o caminhar lento da nossa pátria, - não queremos dizer para o atraso- quem refletir sobre as causas que lhe entorpecem a marcha e lhe obstem o progresso, não tardará em reconhecer que a causa eficiente do fenômeno é termos como religião oficial e privilegiada uma religião que, se não é em seu espírito e em algumas épocas de sua história a inimiga da civilização, os seus representantes de hoje fizeram-na a adversária irreconciliável da liberdade e do progresso.

É pois a liberdade religiosa uma questão profundamente maçônica e profundamente brasileira, e por nossa parte não hesitamos em colocá-la acima de todos os problemas de cuja solução depende o futuro brilhante deste país, pois que está solução há de afastá-lo ou aproximá-lo do lugar eminente que o nosso patriotismo lhe profetiza entre as nações, e ao qual nossos filhos hão de saber um dia elevá-lo.

Entretanto, se alguma coisa há que desvie nossa pátria desse alvo que todos deveríamos colimar, é essa escola neo católica ou partido clerical que, sob o ponto de vista do progresso material, impedindo a imigração e preferindo que nossas riquezas fiquem ocultas no solo a vê-las exploradas pelas fortes raças da Europa, e, sob o ponto de vista moral, opondo o *Syllabus*, esse código negro do obscurantismo, as descobertas da ciência, é, por onde quer que a encaremos, uma barreira ao nosso desenvolvimento; seita insolente que vai procurando tudo invadir, aproveitando-se da ignorância do povo.

Agora mesmo, na Bahia,- e como se a ciência não estivesse há muito tempo divorciada da fé,-um clero sem ilustração, a propósito de um trabalho puramente científico -cujas doutrinas aliás não são as nossas, -acumula todas as injúrias e todos os doestos sobre os que não querem abdicar da razão perante a infalibilidade de Pio IX.

Sabemos desprezar estes doestos e repetir com um orador célebre: as injúrias são as espumas das ondas que nós arrostando; mas o que não podemos

desprezar é a ação que o clero oficial pretende exercer sobre o povo, e é por isso que nos cumpre combater e combater sem tréguas até arrancar a constituição o artigo 5º.

Dizer isto é quanto basta para que nos chamem inimigos da religião, acusação que, — confessamo-lo, — nos é dolorosa quanto parte de certas almas boas, presas do fanatismo.

Entretanto, se nos opomos a religião considerada como culto obrigatório, a qual serve apenas para formar fanáticos ou hipócritas, é porque, subindo mais alto, a queremos ver elevada e depurada como sentimento.

Já ouvimos fazerem-se votos pelo dia em que se vejam os templos convertidos em escolas ou casas de trabalho.

Não acompanhamos esse desejo ou essa profecia.

Uma coisa é o sentimento religioso, outra coisa é a forma que ele reveste, aquele arraigado em todo coração de homem, esta essencialmente variável, conforme os tempos e as civilizações. Não dissemos que todas as religiões são verdadeiras, mas todas elas tem um ponto verdadeiro.

Todo homem que reconhece acima de si um ideal de todas as virtudes e uma norma de todos os atos é um homem religioso. Conhecemos uma escola que condena aos fogos do inferno todos os que hoje não juram pela infalibilidade do pontífice romano, que promete as glórias do Céu ao parricida se ele for católico, que condena os mais virtuosos se eles não o forem, segunda a qual Espinosa, v.g., um dos homens cuja vida mais se tem aproximado do Cristo está junto ao demônio porque foi israelita ou livre pensador, ao passo que um celerado como Tropsmann, pode estar junto de Deus porque foi católico. Contra esta escola levanta-se a nossa própria natureza, não é preciso ir buscar a dialética dos filósofos.

Os maiores espíritos de todos os tempos teriam errado, teriam blasfemado contra Deus, pois que ainda dois espíritos não se fizeram de Deus a mesma ideia. Onde nós vemos a profundeza do sentimento religioso, embora as vezes se revele por cultos extravagantes, a intolerância só reconhece os delírios da razão que só se curam com as fogueiras e com o anátema. Adorem-se os mortos, adore-se o fogo, façam-se das forças da natureza outras tantas divindades, Zeus, Ateneu, Juno, todo o Olimpo pagão, ajoelhe-se o homem diante da lua ou diante do sol, eleve-se ao monoteísmo como os judeus ou desça até fazer deuses para os vícios como os Gregos e os Romanos, só vemos nisso o sentimento religioso que o progresso relativos dos tempos não deixa tomar sua verdadeira expressão. A verdadeira religião é a que está no coração; o homem religioso é o que sente Deus em si, *est Deus in nobis*, como dizia Bossuet. Não é a letra fria e morta de um livro que nos dá a certeza de um Deus, cremos nele porque tudo o revela desde a mais tenra plantinha até a consciência do homem. Vê-lo-emos nessa natureza em que ele se espalha, lemos o em letras indeléveis do coração de todo homem, e esses suspiros que ele de todos nos arranca nas horas solenes da vida é, como diz o Sr. E. Renan, uma prova mais evidente da sua existência do que todas as demonstrações geométricas.

Ah! e é porque todos trazemos Deus em nós que acreditamos que o sentimento religioso só se apagaria se um coração deixasse de pulsar no peito do homem. E é por isso, e também porque acreditamos que só a religião purifica as almas e mantém as sociedades, que não queremos ver derribados esses soberbos templos com suas torres que parecem braços a apontarem o Céu, obra do sentimento e da arte. E assim como pedimos a liberdade de lá não ir, queremos a de se poder adorar

os deuses que neles residem, tão longe de uma religião de fanatismo quanto de uma religião sem Deus. O que nós queremos, em uma palavra é a liberdade religiosa, causa que, repellido-o, é hoje, ao mesmo tempo profundamente brasileira e profundamente maçônica.

## **A Fraternidade – Ano I – Nº 20**

**Aracaju, 30 de Março de 1876**

### **O poder temporal do papa**

O Cristianismo é a fonte fecunda onde a filosofia moderna se inspira nos mais nobres pensamentos e nos mais seguros juízos.

Não nos propomos a discutir sua moral sublime, porque só os sábios o podem fazer; mas tão somente tratar do modo porque se estabeleceu entre milhares de dificuldades, como conservou sua pureza, e como os padres fizeram desviá-lo de sua santidade para investi-lo de poder temporal, causa de terrível luta em que nos achamos empenhados.

A religião Mosaica que predominava na jurisdição da Judeia, e o paganismo no imenso império romano, estavam cercados de toda a pompa e magnificência, quando o Gr.: Arq.: do Un.: se dignou mandar Unigênito Filho resgatar o gênero humano.

A vida e a morte do Redentor são tão sublimes e tão trágicas ao mesmo tempo, que não convém narrá-las: o silêncio respeitoso é a mais eloquente demonstração de sua grandeza misteriosa.

A fundação do Cristianismo meramente feita pelos apóstolos, data da ascensão do Cristo ao reinado de Constantino.

Neste espaço de 300 anos os apóstolos e seus sucessores permaneceram fiéis a seu Divino Mestre, e desprendidos das coisas da terra, cheios de um fogo sagrado e zelosos no desempenho de sua gloriosa missão, não viam diante de si, nem a morte, nem os perigos, menos ainda as fadigas; eles, calcando aos pés o poder dos imperadores, o fanatismo religioso dos pagãos e a inveja dos falsos sacerdotes, andavam de continente em continente, e de país em país, já por caminhos escabrosos e inacessíveis, e já pelos enganosos trilhos do oceano, para levarem a palavra de Deus a todos os povos do mundo.

E quanto maior era a perseguição que os idólatras moviam contra os convertidos, e contra eles mesmos, maior era a sua perseverança, dedicação e esforços para as novas tentativas; e assim como dois exércitos que se batem, não depõe suas armas, e não se dão por vencidos enquanto lhes resta meios de combater, assim esses apóstolos de Cristo, porque sabiam que o mesmo Cristo não permitiria o aniquilamento de sua divina obra.

A religião do Cristo assim combatida, e seus ministros assim perseguidos, ficaram intactos, santos e puros durante esse decurso de trezentos anos.

Deus que reservou para os primeiros dias de sua igreja essa tremenda perseguição, também lhe havia reservado um paradeiro, permitindo que entre os poderosos da terra, viesse um que lhe fosse propício.

O sangue do cristianismo derramado a jorro por todas as partes do mundo, fez brotar novos e numerosos cristãos.

Um dia, um imperador pagão, considerando atentamente para os meios econômicos do seu governo, viu, que os cristãos já avultavam nas cidades e nos campos; que já engrossavam as fileiras dos exércitos, compunham os tribunais, e até ocupavam os empregos públicos, então compreendeu que era antipolítico mover-lhes guerra.

Desde esse momento foram os cristãos considerados debaixo de um ponto de vista mais benigno do que dantes não haviam sido, e os imperadores, reconhecendo que já não podiam com vantagem perseguir uma seita tão numerosa, travaram com eles uma aliança.

Constantino foi o primeiro imperador romano que deu proteção ao cristianismo e tão fanático se tornou em prol da nova seita, e tantos foram os favores que lhe prodigalizou, que os Padres considerando haverem chegado ao termo de suas conquistas, embriagaram-se de prazer, e contando com a generosidade de Constantino, não só deixaram de temer seus inimigos, como que também ultrapassaram as regras do justo; e possuídos de ambição pelo mando, bem depressa se esqueceram dos preceitos do Cristo, da pureza de sua religião, da santidade de seu apostolado, e afrouxando seu zelo e dedicação, levaram a religião de erro em erro até nossos dias.

Constantino, levado pelo desejo de beneficiar a religião cristã, inundou o seu império de éditos em favor dela, uns que ordenavam a liberdade de religião, outros que mandavam restituir as Igrejas Cristãs os bens que lhes foram confiscados no tempo da perseguição, e o mais fatal de todos eles foi o que estabeleceu que, nos negócios civis pudessem as partes declinar da jurisdição dos magistrados ordinários para a dos bispos. Esta última lei publicada no ano de 318 da era cristã, foi a que deu origem a jurisdição temporal dos bispos, a qual tendo feito com o tempo rápidos progressos, deu lugar a todos os abusos e disputas funestas que se tem dado entre os sacerdotes e o poder civil, disputas estas que, atravessando todos os séculos, chegaram até a época em que vivemos, e que hoje perturba a paz íntima de nossas famílias, agita o nosso país, e de futuro promete terminar por uma tremenda revolução política.

Se Jesus Cristo entendesse que suas obras eram semelhantes as dos homens, isto é, baldas de sabedoria, e por tanto, suscetíveis de serem alteradas, nem Ele teria nascido em uma manjedoura, sendo Senhor do céu e da terra, nem teria votado o mais solene desprezo aos poderosos deste mundo, e nem tão pouco chamaria para o apostolado de sua santa missão plebeus ignorantes como foram a maior parte de seus discípulos, Ele teria nascido rodeado de todas as riquezas da terra, no meio de todas as etiquetas da aristocracia, cercado dos sábios e poderosos, para com este brilho que fascina os homens, e lisonjeia suas paixões, fazer propagar sem perigo e sem sacrifícios as suas doutrinas.

Ainda mais, se Jesus Cristo, revestido de um poder infinito, pode dispor do coração dos homens, fazendo que Paulo, o mais furioso de seus inimigos, de repente se transformasse no mais dedicado de seus lidadores, não poderia também transformar a ira e furor dos idólatras em favor do cristianismo, para que este desde o

berço fosse aceito?

Se Cristo entendesse assim como fica figurado, nem a religião teria lutado por espaço de três séculos contra a tirania dos homens, nem Pedro teria sido crucificado, nem João Batista, Paulo e Jacó Maior degolados, nem Estevão apedrejado, nem Jacó Menor teria sido precipitado do alto da varanda do templo, nem os outros apóstolos e seus sucessores teriam recebido a coroa do martírio, e selado com o seu sangue as verdades que anunciavam ao mundo.

Todas as coisas que sucederam com o Cristo, desde o seu humilde nascimento até o Calvário, desde os apóstolos até Constantino; todas essas horrorosas matanças feita no povo Cristão, provão por demais, que a religião do Cristo, tão pura e santa como é, não precisava do apoio do braço secular, porque esse poder era corrupto, e a corrupção é incompatível com a santidade; e não tendo o Cristo escolhido os seus apóstolos dentre os Doutores da Lei, prova ainda mais que Ele não precisou da falsa sabedoria dos homens, mas que lhe fora agradável a ignorância de Pedro e de seus companheiros para lhes infiltrar na pureza de suas almas a sabedoria do céu.

O que disse Cristo a seus discípulos quando lhes conferiu poderes sobre os homens?

Porventura os aconselhou que procurassem o apoio das potestades da terra?

Pelo contrário, só lhes conferiu sobre os espíritos imundos, para curar os enfermos, alimpar os leprosos, ressuscitar os mortos, lançar fora os demônios, e anunciar aos povos o reino de Deus, missão esta meramente divina, e que nada tem de temporal.

E quando Cristo disse a seus discípulos – Vedes aqui, eu vos envio como ovelhas no meio dos lobos, portanto, sede prudentes como serpentes, e simples como pombas: - quando lhes disse – guardai-vos dos homens, por que vos entregarão em concílios, vos açoitaram em suas sinagogas, e ante os governadores e reis sereis levados por causa de mim, nada mais fez do que traçar a linha divisória entre o poder espiritual e o temporal.

E se assim não fosse não teria Cristo suscitado e decidido a questão do pagamento de tributo a César.

Cristo e seus apóstolos segundo as leis romanas, não estavam sujeitos ao imposto que se lhes cobrava; mas como Ele não quisesse o menor contato da sua igreja com o poder secular, nem sustentar qualquer contenda com os agentes de César, mandou que Pedro pescasse um peixe, e da boca lhe tirasse a moeda precisa para pagar o imposto.

E como se isto ainda não fosse bastante para que seus apóstolos compreendessem bem a independência do poder espiritual do temporal, ainda permitiu Cristo, que os herodianos viessem perante Ele, os apóstolos e grande multidão de povo suscitar nova questão sobre o tributo, perguntando – Mestre, será lícito pagar tributo a César? A que ele respondera, depois de lhe ser apresentada a moeda, e de lhe ser lida a inscrição dela, dizendo – dai a César o que for de César, e a Deus o que for de Deus, que traduzido literalmente quer dizer: - Eu nada tenho com os negócios de César, minha missão só é espiritual.

E quando disse aos apóstolos – Ante os governadores e reis sereis levados por causa de mim; mas quando vos entregarem não estejais solícitos do como, ou que haveis de falar, porque naquela mesma hora vos será dado o que haveis de falar, mostrou Cristo que sua igreja não precisava, nem do poder de César, nem da sabedoria dos homens para ser fundada; e, portanto, o Decreto de Constantino promulgado no ano de 318 da era cristã, que deu aos bispos jurisdição temporal em segunda instância, foi violador das Leis Divinas; e se Constantino, *im bona fidae*, e por sua ignorância dos preceitos do verdadeiro cristianismo deu tal faculdade aos bispos, aos padres, que até então eram fiéis depositários dos preceitos divinos, não convinha receber um tal presente, eles deviam ter repellido o favor que vinha degenerar a Igreja Cristã; e já que Constantino havia se tornado tão benigno para com a religião cristã, deveriam os padres encaminhá-lo devidamente, não consentindo que o seu poder majestático decidisse de negócios espirituais, e viesse ampliar aquilo que Cristo havia deixado.

Já vimos que os padres defendem uma causa perdida de sua natureza, que são réus de lesa Divindade, por haverem mutilado e ampliado as Leis de Cristo, humilhando a sua igreja aos decretos dos imperadores, e consorciando-a com os Estados, para tornar obrigatória uma religião, que tanto tem de liberal, como de benigna e civilizadora.

Se os padres não houvessem violado os preceitos da tolerância, e substituído o fanatismo em lugar da razão, as prerrogativas individuais, em lugar da igualdade; se os padres, lembrados do Divino Mestre, não tivessem substituído o doce nome de irmão, tantas vezes proferido por Cristo, pelo de um senhor absoluto; se eles não fossem tão intolerantes como se tornaram, o cristianismo seria uma religião universal, os povos gozariam de liberdade, este mundo seria para nós um lugar aprazível, e não vale de lágrimas; e entre os padres e a maçonaria reinaria a mais cordial aliança, e mais perfeita coerência de princípios.

## **A Fraternidade – Ano I – Nº 21**

**Aracaju, 6 de Abril de 1876**

### **O novo arcebispo da Bahia**

A questão religiosa parece tomar uma face animadora, e o governo manifesta um desejo de pôr termo a luta jesuítica.

A nomeação do arcebispo da Bahia parece ser uma garantia para a paz desejada.

Dizíamos que o governo poria termo a questão religiosa se nomeasse para o arcebispado o Sr. D. Luiz da Conceição Saraiva, atual bispo do Maranhão, porque este prelado, durante a luta, portou-se dignamente.

Dizíamos também que o governo cometeria o maior de todos os erros se fizesse recair sua escolha em D. Antônio ou D. Vital, como se propalou, não só porque a nomeação de qualquer destes bispos revelava a fraqueza de governo, e desmoralizava a autoridade, como também porque esses furiosos bispos continuariam na luta em ocasião oportuna.

Se diz que o atual arcebispo da Bahia não tem a ilustração de D. Antônio, e nem a de D. Vital, e por tanto, que não estava talhado para o cargo. Nós, porém, pensamos que nem sempre os cargos iminentes se devem dar de preferência aos sábios, mas sim aos que são prudentes e refletidos, e que tenham tino administrativo como o sr. bispo Saraiva.

A ilustração de D. Antônio é uma ilustração diabólica. D. Antônio, além de revolucionário é sanguinário; ele quer o syllabus, quer a tirania, e quer a religião dos frades jesuítas em lugar da liberalíssima religião de Cristo.

D. Antônio não é um ministro de Jesus Cristo, é servo de Antonelli, é instrumento dos frades jesuítas e o agente das trevas.

D. Vital, que nos parece mais enérgico do que sanguinário, está no mesmo caso de D. Antônio, e por tanto, na falta de D. Luiz da Conceição Saraiva, muito bem recaiu a nomeação do governo na pessoa do bispo de Goiás, que não fez parte da propaganda ultramontana.

Em outra ocasião desenvolveremos este assunto, mas desde já felicitamos aos maçons pelos triunfos que cada dia vão obtendo pela mão do Poderoso Deus, que não desampara aos seus escolhidos.

## **A Fraternidade – Ano I – Nº 22**

**Aracaju, 27 de Abril de 1876**

### **Unidade do gênero humano**

A história da maçonaria é a história da regeneração humana; a história da regeneração humana é a história do Cristianismo; a história do Cristianismo é a história do Divino Mestre, e portanto a história da igualdade, da liberdade e da fraternidade.

A fraternidade tem sua origem da unidade do gênero humano, unidade escrita nas sagradas páginas do livro sublime, do livro, como disse algures, um célebre escritor, «tesouro de um povo tomado a fábula e ludibrio de mundo; um livro que foi nos tempos antigos a estrela do Oriente; o livro em que todos os poetas das regiões ocidentais beberam a inspiração e aprenderam o segredo de misteriosas harmonias, que elevam as almas, a Bíblia, o livro por excelência.» Unidade que não foi inventada pelos homens, mas, que foi revelada por Deus.

Da unidade do gênero humano ensinada pela revelação, nasce como de si a ideia de fraternidade; desta a ideia de igualdade; das duas, a democracia.

A voz do Cristo pregando ao povo a unidade do gênero humano, os muros de antigas cidades, se derrubam e outros se edificam; os muros da cidade de Deus, cujo recinto encerra a Terra inteira, para reunir no mais puro amplexo todos os povos!

A voz do Cristo pregando a fraternidade e a igualdade, a escravidão, esta hidra horrível, desaparece e todos os habitantes da cidade imensa, da cidade santa, se proclamam irmãos, iguais e livres.

Esta democracia é tão gigantesca, tão geral, que se estende até as

extremidades do mundo.

Os pobres e os ricos, os nobres e os plebeus, o senhor e o escravo, os felizes e os desgraçados, todos são irmãos, todos são iguais!

Quando falo da liberdade humana, não falo somente desta liberdade particular e contingente, que concedem do ordinário as constituições políticas, não, falo desta outra liberdade elevada, incondicional, universal, completa e absoluta, que descansa no santuário da consciência humana, que lá está, porque Deus a colocou com sua própria mão!

A doutrina católica sobre este ponto, é de uma sublimidade aterradora, que esmaga a imaginação e o humilde entendimento.

Deus, a quem todas as criaturas pensantes e impensantes rendem culto e homenagem, respeitam por sua vez a liberdade humana. A Escritura santa nele comprova; ali se vê, que Ele, o Ser sempre Eterno, olha a liberdade do homem com magna reverência.

Há mais ainda: Deus que pôs limites a todas as coisas e a todos os poderes, quis, podemos assim dizer, marcou um limite a seu próprio poder e a sua própria força; este limite é a liberdade do homem.

Deus, que não acha obstáculo a sua vontade, não quer também forçar o nosso livre arbítrio; há para assim dizer partilha do império do mundo com a liberdade; dando-lhe a existência o Rei da criação fê-la rainha.

Tal é a grandeza e o inviolável poder de sua liberdade aos olhos do Supremo Arquiteto.

Quando chegou o dia, o maior dentre todos, anunciado pela voz dos patriarcas, em que o Regenerador dos homens, se fez homem, o mundo assistiu ao mais sublime de todos os dramas, o maior de todos os espetáculos, o espetáculo da cruz, onde figuraram dois personagens: o Filho de Deus, de uma parte, que quer ser reconhecido, de outra, a liberdade humana que recusa reconhecê-lo e que o arrasta para o calvário, teatro misterioso de duas vitórias opostas, de Deus no futuro e da liberdade no presente; de Deus na Eternidade e da liberdade no tempo; e o Filho de Deus quis antes morrer, que violentar a liberdade humana.

Deus quebrou todas as cadeias da escravidão do mundo, e, deu ao mundo todas as liberdades, a liberdade doméstica, a liberdade religiosa, a liberdade política e a liberdade humana.

5 de abril de 1876.